

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO
CURSO DE LETRAS-LÍNGUA PORTUGUESA**

ELDA LIDIANE NOIA SILVA

**PROJETO PERFORMATIVO DO “SER MULHER” EM
REVISTAS FEMININAS**

DELMIRO GOUVEI -AL

2019

ELDA LIDIANE NOIA SILVA

**PROJETO PERFORMATIVO DO “SER MULHER” EM
REVISTAS FEMININAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Letras-Língua Portuguesa. Orientado pelo Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho.

DELMIRO GOUVEIA – AL

2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S586p Silva, Elda Lidiane Noia

Projeto performativo do “ser mulher” em revistas femininas / Elda Lidiane Noia Silva. - 2019.
85 f.

Orientação: Ismar Inácio dos Santos Filho.
Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Licenciatura em Letras. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Análise do discurso. 2. Linguística Queer. 3. Mulher. 4. Gênero. 5. Revista. 6. Performatividade. 7. Feminismo. I. Santos Filho, Ismar Inácio. II. Título.

CDU: 81'322.5

ELDA LIDIANE NOIA SILVA

**PROJETO PERFORMATIVO DO “SER MULHER” EM
REVISTAS FEMININAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, submetido ao
corpo docente do curso de Letras-Língua-
Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas
e aprovado em 09/09/2019.

Banca Examinadora:

Ismar Inácio dos Santos Filho.

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho – Orientador

Cezar Alexandre Neri Santos

Prof. Dr. Cezar Alexandre Neri Santos – Examinador Interno

Luana Rafael dos Santos de Souza

Prof.^a Me. Luana Rafael dos Santos de Souza – Examinadora Externa

Dedico este trabalho ao meu pai, Elias Pedro da Silva (*in memoriam*), com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ser o autor do meu destino e por ter guiado todos os meus passos nesse percurso.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Ismar Inácio Santos Filho, pelas suas brilhantes aulas, pela paciência e pela excelente orientação, que me conduziram e tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Ao meu namorado, Euflázio Silva, pelo incentivo, carinho e todo apoio.

Agradeço ao meu irmão José Lucas, por ter me inscrito no curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas-UFAL.

À minha irmã Eliane, que torceu pela realização desta pesquisa.

Aos amigos e amigas, Sandicléia dos Santos, Marcos Pereira, Jessica Cavalcante, Taiana Lima, Adriana e Joelson, pelo companheirismo durante esses anos de graduação e sei que foram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico.

A todos os colegas da turma de Letras-2013.

Enfim, agradeço a todos que me apoiaram direta e indiretamente.

(...) as noções de “macho” e “fêmea” são também construções históricas, culturais, ideológicas e discursivas.

(SANTOS FILHO, 2017, p. 236).

RESUMO

A cultura patriarcal e heteronormativa tem sido disseminada durante todo esse tempo na sociedade em que vivemos, ditando construções e formas identitárias aceitáveis. Nesse sentido, é importante entendermos como são realizadas tais construções e que perfis não são considerados válidos, nem aceitáveis. Para isso, o referencial teórico é embasado nos estudos feministas, de linguagem, gênero e sexualidade, a partir do conceito de performatividade. Assim, a partir da Linguística Queer, temos como proposta descrever e interpretar os usos da língua(gem), estabelecendo as relações entre os contextos sociais e linguísticos na análise de revista femininas. O objetivo principal é interpretar como os enunciados e seus usos linguístico-discursivos contribuem para a construção do gênero feminino. Sobre isso, este estudo objetivou analisar o que é ser mulher e qual a condição do feminino e do feminismo tecida em revistas, para compreender, a partir da problematização dos discursos utilizados, a construção de identidades do que é “ser mulher”. Como metodologia para análise, utilizamos a leitura do ato performativo, embasado nas perspectivas queer e na leitura enunciativo-discursiva. O trabalho está inserido na área da Linguística Queer, que tem como objeto de estudo a relação linguagem, sujeito, identidade e significado, e justifica-se relevante no sentido de permitir compreender como acontece a construção dos sujeitos a partir dos usos da língua(gem). Tomamos como fundamentação teórica autores como Butler (2017 [1990]), Falci (2013), Finegan (1997), Livia e Hall (2010 [1997]), Louro (2008), McBeth (2000) e Santos Filho (2012; 2015; 2016; 2017), dentre outros. A pesquisa apontou que o projeto performativo apresentado pelas revistas *Marie Clarie* e *Claudia* são comuns, tendo em vista as citações e os arranjos utilizados nos discursos. Nesse sentido, a análise interpretou que os mesmos discursos são repetidos nas revistas femininas analisadas, sendo esses discursos heteronormativos e patriarcais, que colocam como válidos sujeitos que se adequam às normas binárias de gênero. Logo, entendemos que se trata de um discurso de poder e que reafirma uma condição pré-estabelecida do gênero feminino, aceitável pela cultura heteronormativa. Sendo assim, outras formas (entendidas como não biológicas) de ser mulher não são consideradas.

Palavras-chave: Linguística Queer, Mulher, Gênero, Revistas, Performatividade.

ABSTRACT

Patriarchal and heteronormative culture has been disseminated in the society in which we live, presenting constructions and forms of identity considered acceptable. In this sense, it is important to understand how such constructions are made and that profiles of people are neither considered valid nor acceptable. For this, the theoretical framework is based on feminist and queer studies of language, gender and sexuality, based on the concept of performativity. Thus, based on Queer Linguistics, we propose to describe and interpret the uses of language, establishing the relationships between social and linguistic contexts in women's magazine analysis. The main objective is to interpret how utterances and their linguistic-discursive uses contribute to the construction of the female gender. About this, this study aimed to analyze what it is to be a woman and what is the condition of feminine and feminism performatized in magazines, to understand, from the problematization of the discourses used, the construction of identities of what it is to be a woman. As methodology for analysis, we used the reading of the performative act, based on the queer perspectives and the enunciative-discourse reading. The work is inserted in the area of Queer Linguistics, which has as its object of study the relation language, subject, identity and meaning, and is relevant in order to understand how the construction of people from the uses of language happens. We take as theoretical foundation authors such as Butler (2017 [1990]), Falci (2013), Finegan (1997), Livia and Hall (2010 [1997]), Louro (2008), McBeth (2000), Santos Filho (2012; 2015; 2016; 2017), among others. The research revealed that the performative project presented by the magazines Marie Clarie and Claudia are common, considering that the citations and the linguistic resources used in the speeches. Thus, the analysis interpreted that the same discourses are repeated in the women's magazines analyzed, and these discourses are heteronormative and patriarchal, which place as valid subjects that conform to binary gender norms. Therefore, we understand that this is a discourse of power and reaffirms a pre-established condition of the female gender, acceptable by heteronormative culture. Thus, other (non-biological) ways of being a woman are not considered.

Keywords: Queer Linguistics, Woman, Gender, Magazines, Performativity.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 01 – INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 02 - LINGUÍSTICA QUEER	15
2.1 A Linguística Queer.....	16
2.2 O Ato Performativo	20
2.3 Gênero e sexualidade	23
2.4 A Linguística Queer no Brasil	25
CAPÍTULO 03 - NOÇÃO DE MULHER(ES) E FEMINISMO CONTEMPORÂNEO	28
3.1 A noção ocidental de mulher	29
3.2 As mulheres sertanejas	33
3.3 Feminismo contemporâneo e a noção de mulheres	36
CAPÍTULO 04 - PERFORMATIZAÇÃO: O QUE É SER MULHER EM REVISTAS?	42
4.1 Metodologia	48
4.2 Análise	50
4.2.1 “FUTURO FEMININO”	53
4.2.2 “O ano é delas”	59
4.2.3 “Ser mulher”	66
4.2.4 “Feminismo PARA TODOS”	69
4.2.5 Consideração das duas manchetes de capa, da reportagem e da entrevista sobre “futuro feminino” e “ser mulher”	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81

CAPÍTULO 01 INTRODUÇÃO

Meus estudos na Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Campus Sertão, tiveram início no ano de 2013. Essa não foi minha primeira oportunidade de ingressar no ensino superior, pois em um período anterior a esse do ano de 2103 fui chamada para cursar um outro curso, porém por falta de informação, na referida ocasião, acabei perdendo o prazo de inscrição. Recordo-me de estar ansiosa em iniciar os estudos no ensino superior pela primeira vez, depois de tanto tempo de espera. Era um sonho durante o Ensino Médio, mas devido a alguns problemas financeiros e familiares quase não consigo me escrever novamente. Nesse, fiz inscrição no último dia, por insistência do meu irmão mais novo. Assim, o tão sonhado curso superior agora se tornara uma possível realidade.

Durante o Ensino Médio, no período de minha adolescência, costumava ler pequenos livros e tinha sempre em mãos um pequeno diário no qual escrevia algumas situações do meu cotidiano e relatava fatos que considerava interessantes. Na verdade, meu pequeno diário (que guardo até hoje) mais parecia um pequeno livro de contos femininos, cheio de confissões e ficção. Assim, o interesse pela leitura voltado para os romances e comportamentos femininos vieram cedo. O meu primeiro livro lido foi o romance “A Moreninha”, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1844. Ou seja, foi a partir de sentir interesse em compreender como aquela mulher se colocava na relação de amor e o quanto esperava viver aquele amor que eu sonhava um dia em estudar esse mundo das letras e o universo feminino.

Nesse processo, na graduação, tive a oportunidade de cursar muitas disciplinas, dentre elas “Oralidade”, ministrada pelo professor Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho. Até então tinha muitas dúvidas em que área eu realizaria minha pesquisa de conclusão de curso. Mas, foi a partir da leitura de alguns capítulos do livro “Leitura e Produção de Texto IV”, que é de autoria desse professor, que encontrei um possível objeto de estudos. Na leitura e compreensão do capítulo intitulado “Oralidade”, analisamos cartazes em uma das cenas da telenovela “Joia Rara”, ambientada no Rio de Janeiro, na década de 1940, exibida na emissora de TV Rede Globo, em 28 de dezembro de 2013, que tinha como tema em uma de suas enunciações escritas “Campanha pela liberdade da MULHER”, que reivindicava direitos para uma personagem.

Esse momento foi uma oportunidade muito considerável para compreender e questionar alguns assuntos pertinentes à(s) mulher(es), pois, cada aula e estudos em sala me levavam a refletir acerca de algumas escolhas feitas por determinadas minorias e como essas mesmas escolhas acarretavam relação de poder para a grande maioria. Essas questões despertaram em mim o interesse em investigar assuntos que envolvessem a(s) mulher(es), em uma construção que investigasse o estudo do gênero em situações de fala ou escrita. Imaginei-me fazendo um trabalho em Linguística.

No decorrer do curso, ficava mais evidente a minha escolha pela Linguística como área de análise. Com a área já escolhida para realizar a pesquisa, faltava o objeto, pois esse ainda não era definido. Mas eu tinha intenções ou interesses por certos assuntos, como comentei. Confesso que tive um pouco de dificuldade para escolher o objeto para ser analisado. Essa escolha foi possível através de uma pequena coincidência, que aconteceu quando mexendo em alguns arquivos pessoais, me deparei com um dos trabalhos feitos na disciplina “Linguística Aplicada”, também ministrada pelo professor Dr. Ismar Inácio, que despertou em mim uma curiosidade em torno dos estudos linguístico-discursivos.

Com tanta coincidência assim, entorno das atividades desenvolvidas por esse professor, o interesse pelas suas pesquisas só aumentava. Então, tomei coragem e o convidei para ser o meu orientador na construção de minha futura pesquisa, para o trabalho de conclusão de curso (TCC). A escolha definitiva do objeto e da área que pudesse nortear a minha pesquisa veio a partir do convite do professor para participar da disciplina eletiva “Linguística Queer”. Assim, cada vez mais envolvida com a área e os estudos queer, os estudos sobre a construção linguístico-discursiva acerca do que é ser mulher(es) chamaram a minha atenção e despertaram o meu interesse em fazer uma pesquisa nessa linha de análise.

Nesse sentido, foi cursando a referida disciplina que aprendi que sempre que se conceitua o que é ser mulher esse conceito logo é associado aos fatores biológicos do feminino, e de submissão ao sexo masculino, isso porque os fatores históricos acerca do feminino seguem o patriarcado, no qual a mulher é vista como o “outro”. Já o homem é tido como único sujeito de direito. Seguindo esse parâmetro, as mulheres não tinham seus direitos legitimados e se encontravam como propriedades de pais e maridos, conforme argumenta Falci (2013), em “Histórias das mulheres no Brasil”, quando analisa documentos antigos em que as mulheres aparecem apenas em certidões de nascimento,

casamento ou inventários. Mas, em alguns casos nunca nem são citadas, tendo sua existência apagada.

Desse modo, aprendi, como a autora argumenta, que as mulheres durante séculos foram colocadas em uma condição de inferioridade, e que os fatores biológicos que lhes são descritos como características femininas serviram para a anulação e aprisionamento de suas histórias de vida.

Nesses parâmetros, entendi que a Linguística Queer é, de acordo com Santos Filho (2017), um estudo de cunho teórico-metodológico em língua(gem) que visa problematizar, se opor a verdades prontas, a fim de possibilitar um pensar diferente, entendendo que a língua(gem) não está desconectada da vida dos sujeitos, e que se faz necessário entender, nesse sentido, que a língua tem interferências na vida dos sujeitos, assim como os sujeitos têm interferências na língua. Logo, esse estudo justifica-se como relevante por permitir compreender a construção de sujeitos através dos usos da língua(gem), contribuindo com a ampliação das discussões na Linguística Queer, área nova, se comparada a outras áreas nos estudos linguísticos.

Por essa configuração, esta pesquisa situa-se na Linguística Queer, que tem como objeto de estudo a relação entre sujeito, linguagem, significado e identidade, estudos que surgiram da necessidade de problematizar a relação língua(gem), gênero e sex(o)ualidade por um viés não problematizado (SANTOS FILHO, 2015), ou pouco problematizado.

Nesse sentido, com os estudos linguístico-discursivos, esta pesquisa está inserida na área, pois essa ciência linguística possibilita problematizar questões de língua(gem), gênero e sexualidade por um viés subversivo, pautado na ideia de performatividade, proposta por Butler (2017 [1990]) e argumentada por Santos Filho (2015). Essa compreensão nos possibilita, do mesmo modo, compreender que língua e sujeito não são categorias autônomas, isto é, que vivem por si, sem relação. Segundo Santos Filho (2017), essa área problematiza a língua(gem), reconhecendo que essa não está destituída da vida, dos sujeitos, aspecto que nos leva a questionar também noções de sujeitos e de identidades, no tocante a gênero, sexo e sexualidade.

Logo, essa área segue um paradigma que não é positivista, pois não considera o sujeito, por exemplo, como a priori dado, pelo contrário, é compreendido como construído pela língua(gem), entendendo que, conforme Simone Beauvoir, “não se nasce mulher, torna se uma”, a partir dos discursos aos quais os sujeitos vão tendo acesso (BUTLER, 2017 [1990]). O estudo tem como metodologia de análise a leitura do ato per-

formativo, em perspectiva enunciativo-discursiva, leitura a ser aqui realizada a partir das ideias/noções de Santos Filho (2012, 2015, 2017).

Nessa compreensão, nossa pesquisa sinaliza para essa hibridez, essa mistura de construtos teórico-metodológicos, um estudo que se desenvolve através dos estudos linguístico-discursivos embasados na área da ciência conhecida por Linguística Queer. Nossa proposta de pesquisa buscamos analisar a conceituação do que é ser mulher e qual a condição do feminino, tecida por aspectos linguístico-enunciativo-discursivos presentes em duas revistas de grande circulação, como a “Marie Claire”, revista criada na França, desde 1937, e no Brasil em 1990, dirigida por mulheres, como bons indicadores de circulação e com temas pertinentes ao universo feminino, com a intenção aparente de explicar que a mulher não é tão simples de ser retratada numa sociedade, em oposição à visão de mulher como do lar e submissa ao poder da cultura heteronormativa vigente, que nos provocam a refletir sobre as práticas de representação, compreendida como projeto político de representação (BUTLER, 2017 [1990]; SANTOS FILHO, 2015).

Para Butler, filósofa que assume uma postura pós-estruturalista, a representação funciona como um termo operacional no seio de um processo político que busca dar visibilidade e legitimidade a determinados sujeitos. Estudos Linguísticos, argumenta Santos Filho (2015), reivindicam o estatuto de uma análise linguístico-discursiva, e o conceito de performatividade vem como forma de embasar essa análise e entender como o conceito de mulher é construído nessas revistas. Nessa compreensão, a noção de “feminino” e “feminismo” também são investigadas. Para essa constatação, tomamos para análise também a revista “Claudia”, que é outra revista feminina com circulação no país desde outubro de 1961, trazendo propostas e discussões feministas.

Nessa perspectiva, para o estudo/análise, tendo em vista uma sociedade onde há predominância de valores e condutas patriarcais normativas, questionamo-nos: O que é ser mulher? Como são conceituadas as mulheres? Diante de tais questionamentos, buscamos analisar como ocorrem as relações de construção de identidades das mulheres nas referidas revistas. Este trabalho se torna justificável por contribuir também para o incremento das práticas organizacionais por apresentar um modelo interpretativo de como se dão as relações de gênero e a língua/linguagem na construção dos sujeitos e vice-versa em revistas.

Durante o percurso de pesquisa foram realizadas algumas etapas previstas para alcançar o objetivo geral, quais sejam, compreender o discurso construído sobre o que é ser mulher. Como a pesquisa tem como objeto de estudo o discurso de conceituação da

mulher, foi importante perceber o que é ser mulher nas relações sociais de poder, entender o que é o patriarcado. Entender como a mulher é vista na sociedade foi de suma importância. Para ter embasamento teórico estudei alguns textos de Falci (2013), como por exemplo, o livro “A história das mulheres no Brasil”, em que discute sobre como foi construída a noção do que é ser “mulher(es)” através do patriarcado e o conceito de mulheres nortistas brasileiras, nos séculos XIX e meados do século XX.

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. Neste Capítulo de Introdução, abordo como foi minha experiência ao ingressar na Universidade, como foi o percurso que me levou a decidir a área de estudos e descoberta e escolha do meu objeto de pesquisa, argumento acerca do objeto a ser estudado e apresento a área e a metodologia a serem utilizadas.

No Capítulo 02, intitulado “Linguística Queer”, abordo um pouco sobre os estudos linguísticos, bem como fazemos uma introdução da Linguística Queer, bem como da sua emergência para o estudo macrossocial, entendendo como a linguística, em relação com a teoria queer, olha para os fundamentos linguísticos dos estudos queer, como propuseram Livia e Hall ([1997] 2010), Butler (2017 [1990]), e como menciona Santos Filho (2012; 2015). Nesse capítulo, citamos que a Linguística Queer, ao abordar as questões de gênero, linguagem e sexualidade, assume a perspectiva performativa nas construções identitárias, citada por Santos Filho (2015), que toma a língua/linguagem como processo de construção do gênero e nas interações com e entre os sujeitos. A partir dessa perspectiva, é possível refletir sobre a performatividade como um projeto político de performatização na construção do que é ser mulher.

No Capítulo 03, apresentamos um histórico do conceito de mulher ocidental e nortista, argumentando os discursos sobre mulher contemporânea e gênero que estão imbricados nos discursos de poder e na cultura heteronormativa vigente, fazendo, assim, um percurso sobre como surgiu a submissão feminina e como essa está atrelada aos fatores biológicos. Explicamos como esses fatores biológicos estão atrelados ao discurso de poder e a relação do feminismo para a desconstrução do feminino como estereótipo para a submissão da mulher. Nessa concepção, o gênero é efeito de discursos, é performativo. Apresentamos um percurso da construção do conceito de gênero, enfatizando sua necessidade e sua importância para a mudança e visão em relação à performatização da(s) mulher(es). Para esse capítulo, mobilizo Falci (2013), Santo Filho (2017 [2010]), Butler (2017 [1990]) e outros.

No Capítulo 04, que é o da análise, primeiramente refletimos sobre a construção do gênero e a noção de feminino e feminismo contemporâneo, demonstrando que existe relação entre as construções discursivas e a interpelação dos sujeitos. Em relação à noção de feminino e feminismo em revista, analisamos a “inteligibilidades sobre as performances identitárias construídas”, entendendo que a linguagem vai construindo essas identidades dos sujeitos através dos discursos que foram ditos e que estão sendo repetidos, e que isso ocorre através das citações, que tomam os discursos do outro como válidos. Abordamos como se realiza uma leitura queer, com base nas ideias de Santos Filho (2012; 2015; 2017). Na sequência, configuramos um percurso de leitura para entender os aspectos de construção do gênero em um processo de estudo da língua(gem) como performatização das identidades, pois enunciados foram selecionados com base nos efeitos de sentidos, na performatização de mulher(es), produzidos nessas revistas *Marie Clarie* e *Claudia*.

Nas considerações, afirmamos que a pesquisa interpretou que os projetos performativos apresentados pelas revistas *Marie Clarie* e *Claudia* são comuns, tendo em vista as citações e os arranjos utilizados nos discursos. Nesse sentido, a análise interpretou que os mesmos discursos são repetidos nas revistas femininas analisadas, sendo esses discursos heteronormativos e patriarcais, que colocam como válidos sujeitos que se adequam às normas binárias de gênero. Logo, entendemos que se trata de um discurso de poder e que reafirma uma condição pré-estabelecida do gênero feminino, aceitável pela cultura heteronormativa. Sendo assim, outras formas (entendidas como não biológicas) de ser mulher não são consideradas.

CAPÍTULO 02

LINGUÍSTICA QUEER

Nesta seção, expomos os pressupostos teóricos utilizados para embasar a nossa pesquisa. Desta forma, a princípio, realizamos uma breve abordagem sobre os estudos em língua/linguagem em uma perspectiva queer, dando ênfase à Linguística Queer e seus principais teóricos, abordando também a noção de performatividade, tal como proposta pela filósofa Judith Butler (2017 [1990]), que, a partir da ideia acerca do ato performativo da linguagem, em J.L. Austin, associa tal ideia às questões de gênero social. Isto é, à desconstrução e à construção da identidade do sujeito pela palavra, pela citação.

Para chegarmos à noção de performatividade de gênero, passamos pela noção de performatividade da linguagem, por intermédio dos estudos em Linguística Queer, que, segundo Santos Filho (2015), emerge a partir de uma coleção de textos e estudos sociolinguísticos, com a publicação do livro “Queerly Phrased: Language, Gender and Sexuality”, de Anna Livia e Kiria Hall, tendo sua introdução publicada aqui no Brasil em 2010, com a tradução de Rodrigo Borba e Cristiane Maria Shnack, intitulada “‘É uma menina!’: a volta da performatividade à linguística”, na coletânea “Linguagem, gênero e sexualidade – clássicos traduzidos, organizada por Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana. Inicialmente, podemos afirmar, de acordo com os estudos de Santos Filho (2015), que é interesse da Linguística Queer dar conta dos enunciados e suas forças performativas, analisando, assim, os recursos linguístico-discursivos utilizados pelos sujeitos em suas construções identitárias.

Assim, entendemos que os (re)arranjos linguístico-discursivos presentes em revistas destinadas ao público feminino, tal como a revista “MarieClaire” e “Cláudia”, em edições de 2019, sobre o feminismo e o que é ser mulher, podem ser entendidos, em Linguística Queer, como uma performatização acerca do feminino e do feminismo, de modo a construí-los. Assim, o objetivo desse estudo é analisar algumas publicações sobre feminismo/sobre mulheres, nessas revistas, e sua influência na conceituação do que é ser mulher. Mas, para essa investigação, faz-se necessário uma compreensão maior sobre o que é essa área, a Linguística Queer, seus principais conceitos e quais os procedimentos de análise, entendendo que, segundo Santos Filho (2015), é de interesse da Linguística Queer dar conta dos enunciados e sua força performativa, conforme já dito. Desse modo, os

recursos e/ou estratégias linguístico-discursivos utilizados pelos sujeitos é de grande importância nessas construções.

Assim, nesse Capítulo 2, situamos a emergência dos estudos em Linguística Queer e alguns dos seus principais conceitos, frisando que esse novo campo do saber nasce em oposição à cultura heteronormativa, de exclusão de minorias identitárias, e que os estudos queer passam a problematizar as noções e as normas de inteligibilidade dessa cultura, que, como movimento político-acadêmico, passa a dar vozes aos sujeitos excluídos da sociedade. Logo, um dos objetivos da Linguística Queer é investigar como indivíduos considerados não-normativos e com discursos não-válidos negociam suas identidades dentro dos constrangimentos discursivos da heteronormatividade ao repeti-la ou desafiá-la em suas performances linguísticas.

Nessa abordagem, a teoria da performatividade traz a noção de identidade não como algo dado, mas construído, para problematizar certos padrões de diferença de gênero, com o intuito de interpelar o outro. Frisamos que a noção de gênero e sexualidade são de grande importância para os estudos em língua/linguagem e para discutimos as construções identitárias tecidas sobre homens e mulheres pelas estruturas sociais e o seu contexto histórico.

Santos Filho (2015), Borba (2015 [2006]) e Judith Butler (2017) nos auxiliam nessa discussão, visto que, com base nesses estudos, compreendemos que as questões de gênero e sexualidade não podem ser analisadas apenas por fatores biológicos, que colocam os sujeitos como uma categoria pré-definida de identidade. Nesse capítulo, dentro desse nosso estudo, faz-se necessário discutirmos que nos últimos anos há uma detonação discursiva em torno do conceito de gênero e sexualidade, caracterizando um processo de mudança que gera controvérsia aos quadros de referências. Assim, compreendemos que a Linguística Queer se apresenta como ato insurgente com relação aos estudos linguístico-discursivos normatizadores, e caracteriza-se como prática de ressignificação desses discursos (SANTOS FILHO, 2017).

2.1 A Linguística Queer

A Linguística Queer, segundo Santos Filho (2012), passa a surgir a partir do livro “Queerly Phrased: Language, Gender and Sexuality”, de Livia e Hall, publicado no ano de 1997, trazendo para o cenário linguístico as discussões a respeito de sexualidade e gênero

no vínculo crítico entre língua/linguagem e poder. A esse respeito, de acordo com Finegan (1997)¹, no prefácio do referido livro, podemos perceber a importância e contribuição dos estudos sociolinguísticos para os estudos em linguagem queer, referindo-se à compreensão das escolhas linguísticas, visto que são os estudos sociolinguísticos que englobam as relações entre linguagem e sociedade. É nessa perspectiva sociolinguística de levar em consideração os sujeitos e as diversas situações discursivas que surgem os estudos queer em linguagem, ressaltando e dando voz aqueles sujeitos que tiveram e têm as vidas afetadas pela expressão “queer” (SANTOS FILHO, 2019).

Assim, o livro organizado por Livia e Hall (1997; 2010) aparece como um marco dos estudos linguísticos a partir da perspectiva queer. Santos Filho (2015) explica que foi a com a publicação de “Queerly Phrased” que a Linguística Queer passou a problematizar os estudos sobre linguagem, sexualidade e gênero na língua/linguagem em uso. Segundo o linguista, as pesquisas em linguagem relacionadas a gênero e sexualidade eram antes delimitadas apenas a algumas categorias pré-definidas como gays e lésbicas.

No tocante à compreensão da Linguística Queer, Borba (2015 [2006]) destaca que essa linguística não pode ser entendida como apenas um estudo delimitado de gays e lésbicas, no sentido de que inicialmente os estudos na interface linguagem e sexualidade, conforme explica Santos Filho (2015), procuravam dar conta de organizar apenas glossários com léxico/palavras dos gays. Desse modo, de acordo com Santos Filho (2015), pautado nas ideias de Motschenbacher (2010), entendemos que a Linguística Queer não é uma linguística gay ou lésbica, pois não tem como foco promover os interesses de homens gays ou de mulheres lésbicas, ao contrário, todas as categorias identitárias são e podem ser problematizadas.

É nesse panorama, conforme esclarece Santos Filho (2012), e explicado por Miskolci (2009), que é em decorrência dos movimentos sociais, feministas, gays e lésbicos, nos fins da década de 1980, nos Estados Unidos, que os estudos queer sobre minorias sexuais e de gênero passaram a configurar teoria queer, entendendo gênero e sexualidade por meio de uma dinâmica, entendendo essas categorias identitárias como construção social e histórica. Para eles, são os teóricos como Foucault e Derrida que dão bases à essa epistemologia, bem como a metodologia crítica dos estudos queer. Assim, a Linguística

¹ Acesso não ao texto em inglês, de Finegan (1997) no prefácio do livro *Queerly Phrased*, mas a versão traduzida pelo Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho, para fins acadêmicos.

Queer vem se formulando como uma área inovadora para os estudos linguísticos, já que aborda a relação entre linguagem, gênero e sexualidade (SANTOS FILHO, 2012, 2015; 2019), centrando a atenção na investigação da intersecção a respeito dessa teia entre linguagem e sexualidade, a partir de um arcabouço teórico-metodológico proveniente da teoria queer.

Nesse sentido, a Linguística Queer apresenta-se como ato insurgente com relação aos estudos linguístico-discursivos, e caracteriza-se como prática de ressignificação desses estudos (SANTOS FILHO, 2015), visto que é por meio de uma reflexão crítica a respeito dos discursos e da relação entre indivíduo, linguagem, identidade, sexualidade e sociedade que busca elaborar “inteligibilidades sobre as performances identitárias construídas” (SANTOS FILHO, 2015, p. 22). Assim, são percebidos os recursos linguísticos-discursivos empregados pelos sujeitos nessas concepções.

Para Santos Filho (2012), uma nova interpretação à nomeação do “queer” traz para o cenário social de estudos sobre gênero e sexualidade um olhar irreverente, que ao mesmo tempo demonstra uma resistência aos conceitos normativos impostos. Santos Filho (2012) afirma que, ao desafiar as normas reguladoras da sociedade, assumindo essa postura queer, a partir de uma crítica subversiva a essas instâncias culturais, aparecem e são construídas deformações do sentido de ambiguidade, gerando, portanto, uma evolução dos modos de ser, conforme Louro (2008). Dessa maneira, a Linguística Queer vem olhar com atenção os registros e discursos dos sujeitos provenientes dessa cultura subversiva, que em Borba (2015 [2006]), entende-se que é em contextos sociolinguísticos que essas identidades subversivas são construídas, negociadas, mantidas e desconstruídas, contrariando opiniões ou ideias impostas por um encadeamento heteronormativo, proveniente de um contexto preconceituoso.

É nesse cenário que os estudos e movimentos gays, lésbicos e feministas fizeram uma crítica às normas sociais e passaram a ter uma nova concepção dos discursos sobre sexualidade e gênero que normatizam uns e marginalizam outros. Dessa maneira, o contexto na década de 1990 traz novos sentidos sobre as relações de linguagem, gênero e sexualidade, com o objetivo de problematizar sobre uma sexualidade que não coincide com o seu sexo binário, imposto por uma cultura heteronormativa, sendo insurgente (SANTO FILHO 2015), recontextualizando os sentidos da palavra queer, dando voz para aqueles e aquelas antes marginalizados e silenciados socialmente. Nesses novos estudos, entende-se que a linguagem vai construindo as identidades dos sujeitos, através dos discursos que foram ditos e que estão se repetindo.

Santos Filho (2012) argumenta que Butler (2002, 2003, 2010) compreende que a força do enunciado ser performativo está na “estilização do corpo”. Ou seja, entende-se que por meio do ato enunciativo o corpo produz a linguagem e a linguagem produz assim o corpo, ou seja, a proposta de discursos, de sentidos, para si e para o outro são incorporadas, construindo o outro, interpelado pelo discurso do “eu” como autoridade, que passa a convencer esse outro (SANTO FILHO, 2019). Esse linguista diz que nesse entendimento as palavras não têm significados por si, pois esses vão sendo construídas no processo do discurso, e que o “eu” é um sujeito discursivo. Isso ocorre através de citações que tornam o discurso do outro como válido (SANTOS FILHO, 2015). Acerca disso, consideramos importante a abordagem sustentada na noção de performatividade, de Judith Butler.

Logo, na Linguística Queer, o objetivo não é estudar como gays e lésbicas e homens e mulheres falam, até porque não existe uma linguagem específica de determinada identidade de gênero e de sexualidade. A respeito disso, Hoffnagel (2010 [2006]) questiona que no senso comum o gênero é normalmente tido como uma expectativa binária, isto é, homens e mulheres, e que estão relacionados também aos modos de falar, mas sustenta que essa ideia é algo sem fundamento. Dessas inquietações, o que se faz necessário entender é como tais práticas de linguagens constroem o gênero e a sexualidade, e como os sujeitos constroem suas identidades. Assim, o objetivo principal da Linguística Queer é investigar como indivíduos considerados não-normativos e com discursos não-válidos negociam suas identidades dentro dos constrangimentos discursivos da heteronormatividade ao repeti-la ou desafiá-la em suas performances linguísticas.

Também nessa linha de compreensão, a filósofa Judith Butler (2017 [1990]) propõe uma postura radical para os estudos feministas, pensando a teoria queer, pelo termo “queer”, no sentido de que é provocativo e estranho, ou seja, subversivo. Santos Filho (2015), a partir das discussões em Judith Butler, questiona os estudos feministas e até mesmo o movimento feminista, no sentido de perceber como as mulheres são performatizadas e entender que já não se é mais possível linguisticamente “representar” uma classe feminina, ou seja, uma mulher universal. Vai, então, pensar, por uma teoria subversiva, outras questões, no sentido de entender como vão sendo construídos os discursos. Fala, então, sobre uma genealogia radical, que é subversiva, que não quer entender como o sujeito nasce, mas como é construído. Butler (2017 [1990]) argumenta, em seu livro “Problemas de gênero - feminismo e subversão da identidade”, que a existência de um patriarcado universal estabeleceu limites em relação à política de identidades. Nesse sentido, a postura queer vai questionar essa noção binária de masculino/feminino, descontextualizada, através do feminismo, com a tarefa de

fazer estudos a respeito de uma “genealogia crítica das práticas de legitimação”, tendo como ponto de partida o “presente histórico”, formulando uma crítica às categorias de identidade que as estruturas heteronormativas naturalizam e mobilizam. De acordo com Butler (2017 [1990]), a crítica feminista “deve compreender como a categoria ‘mulheres’ é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação” (BUTLER, 2017 [1990], p. 20). É a noção de performatividade.

2.2 O Ato Performativo

O termo performatividade, apresentado por Judith Butler (2017 [1990]), é um conceito familiar à linguística e aos analistas do discurso, e da teoria dos atos de fala. Para Butler, o gênero é performativo e constituinte da identidade que ele pretende ser. Segundo essa filósofa, não se deve descrever um estado preexistente de coisas, mas na verdade cria-se um, na medida que somos constituídos por gestos que vamos aprendendo e repetindo, nos identificando e incorporando. Para isso, essa filósofa faz uso do conceito de “performatividade”.

Para compreendermos esse conceito, útil à Linguística Queer, temos que nos reportar à Teoria dos Atos de Fala, de John L. Austin, ou simplesmente Atos de Fala, que foi esboçada no livro intitulado “Quando dizer é fazer” (1962), na tentativa de dar conta do modo sistemático dos fenômenos pragmáticos, ou seja do uso da linguagem. As ideias do teórico Austin servem de fundamento para Butler formular a ideia de performatividade e associá-la aos estudos relacionados ao gênero. De acordo com Austin, com a noção de atos de fala passamos a entender a linguagem não apenas como algo que descreve o mundo, mas como uma ação. A partir disso, Santos Filho (2019) afirma que Butler apropria-se dessa teoria e a desenvolve, aplicando-a às questões de gênero. Santo Filho (2012, p. 98) explica que uma sentença, um texto, não mostra uma realidade, saindo do conceito de referente, que ao falar eu estaria mostrando uma realidade, eu estaria representando simplesmente essa realidade.

Nessa conceituação, ainda em Santos Filho (2012), a ideia de “índices” é associada à marcação de gênero e de sexualidade para realizar as marcas de identidade. Para esse linguista, quando o “eu” usa a língua vai deixando índices, vai deixando pistas e elas vão sendo interpretadas, e que esses usos, que são os índices, acabam gerando/construindo aquilo sobre o que o “eu” fala, no sentido de que há uma interpretação e o sujeito é persuadido.

Logo, se o “eu” toma esses significados como válidos os sentidos ganham êxito e o “eu” passa a tomar esses sentidos como válidos. Dá-se a performatividade.

Segundo Austin, o ato performativo é um ato que não é realmente verdadeiro nem falso, uma vez que não descreve um fato, mas uma sentença que é usada para realizar algo e não relatar. Dessa maneira, Santos Filho (2012), retomando Butler (2003, 2010), diz que ela recorre ao conceito de atos de fala, de Austin, propondo a noção de performatividade para as identidades sociais. Assim, podemos dizer que a enunciação marca o “eu” ao mesmo tempo em que marca o “outro” do discurso. É um aspecto da abordagem metodológica.

A propósito desses discursos supracitados, entendemos com Livia e Hall (2010 [1997]) que desde a década de 1940 já existiam estudos linguísticos relacionados à interface gênero e linguagem, sendo que o gênero era visto e relacionado com o sexo. Nessas pesquisas, gênero, sexualidade e linguagem não eram problematizados. De acordo com Santos Filho (2015), em tais estudos linguísticos aceitava-se a visão de que a língua(gem) mostrava o lugar do sexo do(a) falante. Ou seja, esses estudos entendiam que a língua(gem) era uma categoria atrelada à natureza/biologia do(a) falante, e, por isso, focalizavam os estudos no nível lexical, a fim de apresentar o léxico dos gays, por exemplo, compilando, dessa maneira, glossários e dicionários gays, como já pontuamos anteriormente. O que se pretendia com esses estudos, segundo Santos Filho (2015), era estudar o (suposto) estilo particular da fala de homens e mulheres, sendo esse estilo percebido como atrelado ao “papel de sexo”.

Segundo Livia e Hall (2010 [1997]), nas décadas de 1970 e 1980, os estudos linguísticos que relacionavam linguagem, gênero e sexualidade se mantiveram sobre linguagem e papel de sexo, pois gênero era uma categoria pouco problematizada. Desse modo, podemos inferir que até esse momento prevaleceu a ideia de língua como expressão do pensamento, mantendo a ideia binária e heteronormativa sobre masculino e feminino e sobre as sexualidades.

Diferentemente, no feminismo de Butler, nos estudos queer, o gênero e a sexualidade são abordados a partir da noção de performatividade, de Austin e apresentada em Judith Butler. É nessa perspectiva de (des)construção, a partir das ideias de Butler (2017 [1990]), que inferimos que a Linguística Queer visa problematizar a performatividade de gênero e sexualidade nas práticas discursivas. A esse respeito, é importante considerar, conforme explica Santos Filho (2019), na noção de performatividade nascida por Austin (1990[1962]), perpassando Butler (2003[1990]) e Livia e Hall (1997), a língua(gem) em ação, no sentido de que a medida que as pessoas fazem uso e realizam suas ações no mundo

vão conseqüentemente construindo modos de viver a partir das experiências de seus próprios enunciados, construindo, assim, uma noção de que gênero e sexualidade é na verdade uma realização performativa.

Por essa abordagem, a teoria da performatividade traz a noção de identidade não como algo dado, mas construído. Logo, quando se tem a enunciação se tem uma cena discursiva, uma cena interpelativa. De acordo com Santos Filho (2015), a interpelação toma o discurso alheio com autoridade para convencer o outro, para aquilo que se acredita, fazendo arranjos e rearranjos pela estrutura do discurso como autoridade. Assim, a força do enunciado performativo está na citação. Sendo assim, quando o “eu” fala remonta discursos que estão circulando, visando torná-los válidos (SANTOS FILHO, 2015.).

Nesse sentido, com base nos estudos realizados por Santos Filho (2015), interessa pensar a respeito do sujeito que fala e que possui a sua identidade social como uma condição de um ato linguístico-discursivo de performatividade, entendendo que esse não é um ato linguístico em si. Aqui, se afasta da ideia de língua como representação, assim como afirma Santos Filho (2012). A partir de Judith Butler (2017 [1990]), entendemos que o ato representativo não é suficiente, pois quando a língua vai representar, ela falha, pode falhar.

A autora Judith Butler usou durante todo esse tempo a noção de performatividade para discutir questões relacionadas a gênero, fundamentando-se também na famosa frase/ideia de Simone de Beauvoir, que afirma que “não se nasce mulher, torna-se uma”. Entende-se com essa afirmação que é a partir da língua(gem) que os sujeitos vão se construindo, ao contrário da ideia de representação. Santos Filho (2015) diz ainda que as palavras não têm mais significados por si, pois eles vão sendo construídos no processo do discurso.

Ao afirmar que o gênero é performativo, queremos dizer que nós estamos agindo de uma determinada forma e que a sua ação é crucial para formarmos o gênero que somos e que apresentamos ao mundo. Nós somos na verdade um fenômeno que tem sido produzido todo o tempo. Para Butler, dizer que o gênero é performativo é declarar que ninguém pertence a um gênero desde sempre. A performatividade de gênero é aprendida como se fosse repetida no cotidiano. Com base nos estudos feitos pela filósofa Judith Butler, o gênero se torna um gesto performativo que produz significados. Logo, pode-se afirmar que todos nós somos performativos, já que é por meio do comportamento que criamos/construímos a nossa identidade de gênero, e não só por meio do nosso sexo. Santos Filho (2015) ressalta ainda a língua(gem) não como determinista de uma identidade do sujeito, mas construtiva,

no sentido que ao usar a língua eu realizo um ato de fala, e a minha identidade se constrói através desses atos linguísticos.

2.3 Gênero e sexualidade

No que se refere à noção de gênero, Bento (2016) esclarece-nos que este possui caráter polissêmico, ou seja, é entendido por várias concepções. Por uma outra concepção (hegemônica), compreende-se que gênero está atrelado à fatores morfofisiológicos do corpo, ou melhor, atrelado à genitália, especificamente. Em contrapartida, por uma concepção subversiva de estudos de gênero, à qual o presente trabalho filia-se, compreendemos que não há uma essência, um corpo naturalmente de homem e um corpo naturalmente de mulher. Gênero, nesse caso, está vinculado às práticas sociais, isto é, aos modos como um indivíduo se porta no mundo social e como quer ser reconhecido socialmente nas relações sociais. Gênero, portanto, não é da ordem da biologia, nem tampouco é determinado por cromossomos, pelo contrário, é considerado fluido e performativo, como propõe Butler (2017 [1990]) e Bento (2016). Butler (2017) vai dizer que a genealogia, como metodologia dos estudos de gênero, toma como base o gênero e a análise, estabelecendo relações para compreensão de sentido; segundo ela o “feminino” já não aparece mais estável quanto ao significado de “mulher”, desnordeado pelo movimento feminista.

Em relação à sexualidade, podemos entendê-la, assim como gênero, por perspectivas distintas. De um lado, uma perspectiva hegemônica, em que se acredita que sexualidade está atrelada à natureza/biologia dos sujeitos. Por outro lado, podemos compreender a sexualidade como performativa, como propõe Butler (2017 [1990]), ou seja, como sendo construída através das “relações entre fatores socioculturais e linguageiros” (Santos Filho, 2012 p. 45). Pensando por uma perspectiva contemporânea, como propõe Santos Filho (2012), compreendemos que ao longo do tempo a sexualidade é deixada de ser vista, apenas, como fins para reprodução, e novas manifestações sexuais vão se construindo.

Para a nossa cultura heteronormativa e binária (pautada em uma compreensão de gênero atrelada à morfofisiologia dos corpos), homem é aquele que tem pênis, e por mulher entende-se aquele corpo que tem vagina. Nessa perspectiva, na Linguística Queer se faz essencial compreender que gênero se constitui por meio de uma contínua estilização do corpo, como um conjunto de atos repetidos. Portanto, gênero é algo que construímos

através de identificações, isto é, por meio do ato performativo, segundo argumenta Santos Filho (2017). Nessa perspectiva, os conceitos de gênero e sexualidade se justificam relevantes nesta pesquisa porque possibilitam ampliar a noção de língua, sujeito, gênero e sexualidade impregnadas no senso comum dominante, ou seja, no imaginário social, a fim de fazer ver de modo diferente, levando-nos à ideia de performatividade, que se realiza através de arranjos linguístico-discursivos, nos enunciados a serem analisados.

Tal como já afirmei, essa pesquisa está inserida na Linguística Queer, pois essa área possibilita problematizar questões de língua(gem), gênero e sexualidade por um viés subversivo, pautado na ideia de performatividade, proposta por Butler (2017 [1990]). A Linguística Queer problematiza o feminismo, pois o conceito de representação não é compatível com a diversidade de reivindicações femininas, já que não se é mais possível pensar uma mulher universal. A noção de performatividade discutida/problematizada favorecesse a compreensão da metodologia de análise, possibilitando, do mesmo modo, compreender que língua e sujeito não são categorias autônomas, entendendo gênero como algo não biológico nem uno em relação ao sexo no processo de construção do sujeito.

Segundo Santos Filho (2017), a Linguística Queer problematiza a língua(gem), reconhecendo que essa não está destituída da vida, dos sujeitos, aspecto que nos leva a questionar também noções de sujeitos e de identidades, no tocante a gênero, sexo e sexualidade. Por isso, buscamos compreender, a partir de análises feitas numa perspectiva subversiva da Linguística Queer, se os (re)arranjos linguístico-discursivos presentes em revistas performatizam gênero/sexualidade, feminino e feminismo de modo subversivo. Queremos entender, sobre esse aspecto, ao analisar algumas publicações sobre feminismos/sobre mulheres, em revista, sua influência na conceituação do que é ser mulher e contribuição para um possível empoderamento feminino. Assim, é a partir desse sentido que Butler, pela compreensão de Santos Filho (2012), passa a compreender a produção da identidade como uma questão de performatividade. Com base em Borda (2015 [2006]), a linguagem deve ser considerada como um ato de construção de identidade, pois, de acordo com esse linguista, não falamos A, B ou C por que somos X, Y, Z; mas nos constituímos como X, Y ou Z ao falar A, B ou C.

2.4 A Linguística Queer no Brasil

Como referência nessa área, segundo aponta Borba (2015 [2006]), ao contextualizar os 10 anos de seu artigo sobre Linguística Queer aqui no Brasil, em nosso país publicações de alguns trabalhos tendo explicitamente a área, foram desenvolvidos em forma de dissertações e teses, pesquisas como as de Lewis (2012), Santos Filho (2012) - e acrescentamos Santos Filho (2015, 2017, 2018, 2019) e artigo do próprio Borba (2006). Outros discutem questões de linguagem, gênero e sexualidade, sem necessariamente utilizar o sintagma “linguística queer” para se nomear, porém seus escritos têm uma influência advinda dessa área, como Moita Lopes e Fabrício, (2013), Borba (2006, 2008, 2014, 2015), Rocha (2014). Nesses parâmetros, entendo que a Linguística Queer é, de acordo com Santos Filho (2017), um estudo de cunho teórico-metodológico em língua(gem) que visa problematizar, causar estranhamento, se opor a verdades prontas, a fim de possibilitar pensar diferente, entendendo que a língua(gem) não está desconectada da vida dos sujeitos.

Logo, faz-se necessário entender, que a língua tem implicações na vida dos sujeitos, assim como os sujeitos têm implicações na língua. Assim, não podemos, portanto, pensar por um viés modernista, para o qual o conceito de língua é o de língua neutra, pura, homogênea, tampouco pensar o sujeito como autônomo, que existe por si só. Ao contrário, nesse nosso contexto atual, devemos compreender a língua enquanto heterogênea e o sujeito como discursivo, a exemplo dos estudos anteriormente citados e de reflexões como as de Moita Lopes (2013) e Borba e Osterman (2008), por exemplo.

O Prof. Dr: Ismar Inácio dos Santos Filho é um dos linguistas aqui no Brasil com estudos sobre linguagem, gênero e sexualidade. Seus estudos servem como orientação para pesquisas interessadas nessa vertente de investigação da Linguística Queer na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) Campus Sertão, seu local de atuação docente. Para o pesquisador e estudioso da área, a Linguística Queer é colocada como um campo que nasce para poder abordar os estudos em linguagem, gênero e sexualidade. É importante considerar que os estudos em Linguística Queer em nosso país tiveram um crescimento significativo, trazendo para o cenário discursivo um leque de leituras para os enunciados como construção de identidade(s) dos sujeitos.

As pesquisas realizadas por Santos Filho apontam essa ciência linguística como um campo ainda jovem no Brasil, mas que promete se desenvolver com mais e mais pesquisadores/as interessadas em investigar as relações entre língua(gem), gênero e sexualidade, com vistas em fazer uma crítica sociocultural e sociolinguística às práticas excludentes da heteronormatividade. Dessa forma, conforme Borba (2015 [2006]), um

grande nome dos estudos em linguística queer no Brasil, as identidades são abordadas como produtos/efeitos de práticas socioculturais locais que podem ser verificadas através de estudos etnográficos que analisem, através de uma descrição densa (Geertz, 1989), as performances (corporais e linguísticas) situadas dos indivíduos.

Entendemos também que é na interseção entre o micro e o macro que a prática linguística deve ser analisada para investigar as limitações heteronormativas (e as possíveis subversões dessas limitações). A esse respeito, vemos também em Santos Filho (2015) o uso da língua como estratégia de autoreconhecimento, como o da Revista Marie Clarie Brasil direcionada para o público feminino, com temas pertinentes desse universo e denominações que fazem sentido como uma forma do que é ser mulher, diante de uma cultura normatizadora, indo contra os preceitos como um modo válido de ser mulher, em oposição aquele imposto pela cultura heteronormativa vigente, a exemplo de mulher como “recatada e do lar”, sob suas normas de inteligibilidade.

Em relação à língua enquanto um ato performativo, faz-se necessário compreendermos que, de acordo com as reflexões dos linguistas queer, a exemplo de Borba (2015 [2006]) e Santos Filho (2012 e 2015), os sujeitos não estão a priori dados, ou seja, não são anteriores ao discurso, tampouco biológicos. Pelo contrário, são construídos pela/na língua(gem), através da performatividade, que, como já discutido, compreende-se como um conceito/noção de que os sujeitos discursivos “interagem”, através dos atos de fala, e se constroem (corpos e vidas) através da interpelação, isto é, da convocação à identificação aos sentidos forjados na cena discursiva. A noção de performatividade está ampliada no capítulo de análise.

Dessa maneira, discutimos acerca da área de conhecimento denominada “Linguística Queer”, que, segundo Santos Filho (2017), caracteriza-se como uma área de conhecimento dentro dos estudos em linguagem como prática de ressignificação desses estudos, tendo como objeto de reflexão a relação entre sujeito, linguagem, significado e identidade, a fim de criar inteligibilidades sobre as performances identitárias construídas. No mais, argumentamos que o gênero não pode ser definido como sexo.

Nesse sentido, dentro desse nosso estudo, faz-se necessário discutirmos acerca do conceito de mulher construído pela sociedade ocidental e pelo feminismo, caracterizado como um processo performativo da identidade de gênero. A esse respeito, acerca do processo de construção do que é ser mulher, argumentamos, com base em Beauvoir (1970), em sua emblemática frase “Não se nasce mulher, torna-se”, que o gênero se constitui para articulação e diversas constatações de oposição às relações de

poder. Nesse sentido, no Capítulo 03, que segue, apontamos para a necessidade de uma área de estudos linguísticos que dê base para essa abordagem conceitual e metodologia, tendo como principal objetivo analisar os discursos sobre a conceituação acerca do que é ser mulher(es), por isso a necessidade de diálogo da Linguística Queer com a teoria feminista para melhor compreender a noção de mulher(es) e de feminismo.

Situamos anteriormente os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados em nosso estudo. Desta forma, a princípio realizamos os estudos epistemológicos em Linguística Queer, com uma breve abordagem sobre os estudos em língua/linguagem por meio dos estudos queer e seus principais teóricos, a partir da percepção sobre gênero e sexualidade, elencando performatização, de modo a analisar os recursos linguísticos-discursivos utilizados pelos sujeitos em suas construções identitárias.

Neste Capítulo 3, discutimos a noção ocidental de mulher, através de estudos que norteiam a performatização cultural e algumas das categorias construídas de gênero, evidenciando-o como campo de estudo e de análise para a construção identitária. Argumentamos acerca da ideia de gênero que nos é imposta pela cultura patriarcal, construída por conceitos criados pela sociedade que reconhecia características e atitudes ideais de ser “homem” e “mulher”, numa perspectiva binária de reconhecimento do sujeito de direito. Nesse sentido e contrapondo as relações de poder, surge o movimento feminista, buscando romper com a submissão e exploração das minorias identitárias na reformulação de um feminismo para todas, todos e todes, que toma como base os estudos empíricos de gênero.

Frisamos que a noção de gênero se faz necessária para entendermos e discutirmos acerca dos conceitos tecidos sobre o feminino. No tocante à performatização de mulher(es), explicamos que essa é um fator cultural, e que traz a compreensão da categoria mulher no plural e da construção do gênero como fator de repetição, em busca de se afirmar como tal categoria se constrói em determinados grupos sociais. Neste tópico, dentro desse nosso estudo, faz-se necessário discutirmos a noção de mulher construída historicamente, tomando como base a teoria e o movimento feministas, em oposição ao sistema patriarcal. Deste modo, para compreender o processo de performatização da mulher, argumentamos com base nos estudos de Judith Butler (2017[1990]) e Santos Filho (2015, 2017) sobre a construção discursiva de gênero, caracterizada como um processo de construção da identidade que se pretende ser. Se faz importante essa compreensão social e individual de performatização do gênero, com o intuito de analisar a noção de mulher, de feminino e de feminismo na contemporaneidade.

3.1 A noção ocidental de mulher

Ao realizarmos essa abordagem acerca da noção ocidental de mulher, a compreendemos como questão central, a partir dos estudos de Simone de Beauvoir (2017[1970]), que operavam para a contestação às relações de poder. Nessa compreensão, entende-se a noção de “mulher(es)” relacionada a algo negativo e limitado em relação e em comparação com o “homem”, sendo esse como o que surge como neutro e positivo, resignando, assim, ao dizer “homens”, referindo-se a toda raça humana, sendo que de fato, todo ser humano se situa de forma singular (SIMONE DE BEAUVOIR, 2017).

Essa é uma perspectiva na qual se entende que o fato de um indivíduo ser mulher, torna-o sujeito não de direito, anulando conseqüentemente sua participação, seja em um ambiente de interação de fala, na possibilidade de expor suas convicções ou até mesmo de existência. Simone de Beauvoir apresenta alguns fatores para explicar a mulher ocidental, entre eles a noção “mulheres” pensada no plural, visto que está interligada com as questões raciais, classistas, étnicas, sexuais, identitárias e políticas, para além da oposição homem/mulher, justificada a partir do fator biológico, colocando essa diferença como um peso cultural muito forte e determinante de características imaginárias para designar homens e mulheres.

Nesse sentido, o modo como a cultura ocidental tem disseminado a diferença entre feminino e masculino, para Beauvoir (2017[1970]), apresenta influência em parte proveniente dos antigos estudos filosóficos, que sempre explicam por dicotomias, tais como natureza/cultura, sujeito/objeto, forte/fraco, homem/mulher, entre outras, sempre como oposição. Segundo Beauvoir, a mulher é no pensamento aristotélico passiva e incapaz de controlar seus impulsos, sempre com a sua existência secundária, em relação ao homem, afirmando sua condição de submissão feminina, e que desde a antiguidade tem-se um ser humano considerado como absoluto, que é o masculino (BEAUVOIR, 2017).

Além disso, a autora afirma também que o homem desencadeou como consequência a não recusa da mulher em ser o “outro”, posto que, o homem é o sujeito designado a protegê-la durante toda a sua vida. Para Beauvoir (2017 [1970]), a mulher é colocada como o “mito” do outro, decorrente de um discurso opressor, sendo que essa dominação não deriva só do gênero (BEAUVOIR, 2017, p. 19).

Ao apresentar como é vista a mulher na sociedade ocidental por diferentes autores, filosofias e áreas do conhecimento, Simone de Beauvoir apresenta feminilidade

entendida em sociedade contemporânea do século XX. No entanto, sua concepção vai em oposição as que caracterizam a mulher por fatores biológicos, descartando, assim, a hipótese que faz referência à(s) mulher(es) por terem ovários, um útero e outras partes físicas que o homem não tinha, apresentando as condições singulares, que, segundo a autora, a(s) encerra(m) na sua subjetividade, já que para ela o homem encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade (BEAUVOIR, 2017 [1970]).

Nessa linha de pensamento, entendemos que a noção do que se entende socialmente por homem e mulher se dá a partir de elementos biológicos, conforme Simone de Beauvoir, que nos esboça uma compreensão a respeito da natureza biológica da mulher, entendida como definidora do que é ser “mulher”, por uma cultura patriarcal de dominância, que classifica o feminino como o outro, de forma não consolidada. Santos Filho (2017) esclarece que essa diferenciação entre homens como sujeitos e mulheres como o outro surge devido a um sistema patriarcal, em que o homem exerce o poder sobre a mulher, e que o feminismo vem a questionar esse sistema.

De acordo com esse linguista, essa subjugação feminina é construída socialmente e não biologicamente, pois, segundo ele argumenta, os papéis definidos a cada gênero são construídos, desprovidos de uma fundamentação científica que comprove a sua autoria biológica.

Fundamentada na noção de performatividade, apresentada por Austin (1990 [1962]), em seu livro “Quando dizer é fazer”, para argumentar que os enunciados não são nem verdadeiros nem falsos, mas realizam algo, de acordo com Santos Filho (2017), a filósofa Judith Butler usou a noção de performatividade para discutir as noções de gênero partindo da afirmação da famosa frase de Simoni Beauvoir (2017 [1970]) de que “não se nasce mulher; torna-se mulher”. Surge, então, um questionamento à ideia de mulher, de gênero, como biológico, e passa-se a entender/analisar mulher e homem, gênero, como sendo um processo performativo e de construção de uma identidade (SANTOS FILHO, 2015). Segundo esse linguista, Butler explica ainda que essa afirmação parece sugerir que o gênero é inconstante e volitivo, comportando uma dimensão de escolha por parte do sujeito, na possibilidade de tornar-se algo que não está dado a priori (SANTOS FILHO, 2017). Mas, não é necessariamente assim.

De acordo com os estudos realizados por Butler, Beauvoir nos leva a pensar que a suposta escolha implícita no “tornar-se” é sempre feita no contexto de um imperativo cultural a fazê-la. Para Butler (2017), essa frase de Beauvoir instaura uma grande

discussão a respeito do segundo volume de sua polêmica obra *O Segundo Sexo*, com uma reflexão acalentada entorno de “o que é ser uma mulher?”. Ideias como essa constituíram um dos principais marcos para a teoria feminista, pois, publicado no ano de 1949, em meados do século XX, em uma época em que a sociedade ocidental, progênita de um modelo patriarcal de organização social, ainda considerava inconveniente que a mulher pensasse de forma distinta ao padrão normativo (BUTLER, 2017 [1990], p. 29).

Nesse contexto teórico feminista, entende-se o gênero com um processo contínuo, que não é algo que se consegue realizar de uma vez por todas, nem tampouco que ocorre no início de nossas vidas. Segundo Butler (2017 [1990]), o gênero é algo que precisa ser constantemente reafirmado e publicamente exibido pelo desempenho repetitivo de nossas ações ou de ações específicas ajustadas às normas sociais e culturais, sendo elas próprias históricas e socialmente construídas, conseqüentemente variáveis que definem de certa forma a “masculinidade” e a “feminilidade” (SANTOS FILHO, 2017). Santos Filho (2015), a partir das ideias de Butler, argumenta ainda que o patriarcado universal está ultrapassado, pendente ao fracasso, e que a noção binária de masculino/feminino através de fatores biológicos torna equivocada a noção de identidade primária (BUTLER, 2017 [1990]).

Assim, as reflexões de Beauvoir (2017 [1970]) passaram a gerar uma conversão na maneira de ver os gêneros em o todo continente europeu, em especial pelo movimento feminista, esse último com o intuito de acarretar um novo olhar acerca das escolhas e influências que tiveram as gerações, principalmente na luta pela igualdade feminina, em países onde a desigualdade entre gêneros era ampla. Logo após esse primeiro momento de reflexão, na década de 1990 o feminismo norte-americano, em particular, passa a ser ainda mais problematizado após a publicação de “problemas de gênero”, de Judith Butler (2017 [1990]), em uma época em que a mulher não tinha liberdade para fazer juízo de suas próprias atitudes, e a sociedade impunha que agisse de acordo com suas aceções.

Judith Butler (2017 [1990]) explica em seu livro o principal problema teórico ao representar e conceituar a categoria mulher, na teoria e no movimento feminista. Segundo a filósofa, o feminismo da época problematizou pouco esse conceito de “mulher”, pressupondo-o como uma categoria universal, capaz de representar os interesses de todas as mulheres, mas que a presunção de universalidade e convergência dos interesses das mulheres não têm mais credibilidade. Segundo discute, embora o movimento tenha cumprido seu papel de importância para uma visibilidade do movimento, ao mesmo tempo oculta as disputas e desigualdades entre as próprias mulheres do movimento

(BUTLER, 2017 [1990]). Para ela, a teoria feminista da época de 1960 e 1970, por exemplo, presumia a existência de uma identidade pré-definida, na qual a categoria de mulheres nascia através de uma “representação” política.

Para Butler (2017 [1990]), o feminismo não pode ser colocado como uma política de identidade, tendo o gênero como uma categoria mais saliente, ou mesmo afirmar que a teoria feminista prioriza a política de identidades, mas para o fato de que a teoria feminista tem sido assim caracterizada e que é, em parte, contra essa categorização que a teoria queer se desenvolveu (BUTLER, 2017 [1990]).

As discussões a partir um novo olhar da categoria mulher foram surgindo a respeito, pois Beauvoir (2017 [1970]) trouxe à tona discussões sobre o binarismo masculino e feminino, colocando a(s) mulher(es) no centro de todo esse debate como “objeto” de análise. Para entender como é essa mulher ocidental, vale fazermos uma reflexão acerca da obra da escritora Simone de Beauvoir, “*O Segundo Sexo*”, que foi considerada desrespeitosa aos padrões patriarcais estabelecidos na época, pois convidava as mulheres para uma revolução feminista, que se preparava para acontecer, na qual possivelmente a mulher pudesse ter voz e participação ativa na sociedade, e isso certamente ameaçava as relações de poder.

Sobre essa luta, os estudos em Butler (2017 [1990]) ressaltam a obra de Simone de Beauvoir como uma frincha, para um espaço de debates políticos futuramente mais radicais às matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo, já que a autora vai contestar todo um determinismo biológico imposto como desígnio natural e retoma a crítica da perspectiva hegemônica do masculino sobre o feminino, passando a distinguir o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, e não um momento da história humana (BEAUVOIR, 2017[1970]). Judith Butler aproveita essa concepção de norma para questionar o caráter científico e natural da mulher. Para ela, não basta compreender o gênero como uma construção social, é necessário também trazer à tona o caráter discursivo do próprio sexo se contrapondo ao de gênero (BUTLER, 2017 [1990]).

Segundo Butler (2017 [1990]), é relevante entender que o gênero é compreendido como performativo, pois é um constituinte de identidade que ele pretende ser. Butler afirma ainda que o feminino e masculino não são características pré-definidas, mas efeitos que produzimos por meio de ações específicas que praticamos. Diante dessa constatação pautadas na noção de performatividade, Santos Filho (2015) compreende que gênero não é natural, mas socialmente construído, conforme expresso na frase de Simone de Beauvoir: “não nasce mulher, torna-se mulher”. Ao propor uma discussão a respeito

do conceito de mulher em seu livro estabelecido pela sociedade ocidental, Beauvoir analisa a analogia entre o corpo e a subjetividade, numa discussão a respeito da referência do homem como sujeito e absoluto, enquanto a mulher o “outro”, partindo do pressuposto de que ele é único e essencial.

Os debates e estudos a respeito da categoria mulher nasceram de constantes análises do contexto histórico e de transformações pelas quais veem passando a história nos últimos tempos. A esse respeito, Butler (2017 [1990]) afirma que os sujeitos só poderão se tornarem inteligíveis ao obter seu gênero em conformidade com padrões reconhecidos e esclarecidos a respeito desse. Para a filósofa, a discussão sobre a identidade de gênero precisa anteceder a discussão sobre a identidade.

Essas primeiras colocações esclarecem que o presente capítulo tem por objetivo analisar o conceito ocidental de mulher, compreendendo os fatores que motivaram a filósofa a tratar o assunto mulher/gênero. Destarte, quais os principais acontecimentos e quais aspectos influenciaram a se pensar a mulher por uma ótica masculina, colocando-a na posição de outro, diante do sujeito homem, fadado, segundo Butler (2017), a ilusão, pois não se consolida o poder que constrói essa separação entre sujeito e o outro, numa concepção binária entre “homens” e “mulheres” (BUTLER, 2017 [1990]).

E, por fim, o capítulo fará uma análise da importância do estudo e compreensão sobre o passado, a respeito de como é vista a mulher, para se entender as possíveis mudanças que fomentaram a construção de uma identidade de gênero feminino refletidas nos dias atuais ao classificar o lugar, o papel e o que é ser mulher(es), ressaltando, ainda, a respeito das discussões sobre gênero, que estão desse o passado até a atualidade presentes em nossa sociedade. Diante disso, verifica-se o quanto a obra foi e é importante para as reflexões e estudos de gênero no século XX e XXI, buscando esclarecer como efeito do poder influencia o que pode ser reconhecido como sujeito.

3.2 As mulheres sertanejas

No tocante às mulheres sertanejas, Falci (2013), em seu livro intitulado *História das Mulheres no Brasil*, apresenta um panorama de histórias a respeito de como viviam as mulheres entre os séculos XVI, XVIII e XIX, partindo de uma análise atenta aos raros documentos históricos do passado. De acordo com a autora, no século XX, devido a uma maior visibilidade, os escritos são mais comuns e de autorias próprias, diferentemente dos anteriores. Nesse momento, os relatos sobre mulheres permitem uma maior abordagem e

investigação da história de performatização das mulheres, possibilitando a interrogação de códigos religiosos, as performatizações literárias, relatos pessoais, e iconografias são questionadas sob o ângulo da diferença entre os sexos, classes sociais e diferenças raciais da época, onde elas se revelam não como figurantes, mas como protagonistas da história. Segundo as pesquisadoras Souza (2018) e Falci (2013), o campo da linguagem institui a diferença sexual entre homens e mulheres, onde se vê bem que as profissões das mulheres, definidas aparentemente pelas suas qualidades “naturais”, são um puro produto de um trabalho da linguagem do patriarcado.

Na compreensão de Falci (2013), no tocante às mulheres sertanejas, existiu uma organização social nortista no Brasil que gerou uma sociedade fundamentada no patriarcalismo, marcada pela estratificação existente entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, entre “brancos” e “caboclos” em atribuição do poder. Ressalta que se realizava hierarquias rígidas, que colocavam a figura masculina no centro das questões, tendo o homem com muitas posses de terras em primeiro lugar e acima de tudo, seguido da classe política, do instruído e vaqueiro. Ela constata a existência de muitos casamentos inter-raciais, pois os homens formavam famílias com mais de uma mulher, sendo elas pardas e caboclas. Por esse parecer, o status econômico e racial do homem marcava uma posição social de hierarquia e influência da época, enquanto a mulher ocupava o lugar de submissão.

Parte do Nordeste brasileiro era composto por uma sociedade extremamente fundamentada no patriarcalismo altamente estratificado entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, escravos e senhores (FALCI, 2013). Segundo a autora, no século XVII, a população da região era marcada significativamente pela presença masculina, e que apenas com a chegada de alguns casais do norte de Portugal e açorianos a participação feminina no conjunto de população passou a ter um aumento significativo. Nesse período, a mulher nordestina se dividia em a mulher de elite, a mulher pobre, a mulher livre, a mulher escrava, a mulher instruída. Nesse entrelaçamento, a fim de compreendermos mais sobre os modos de ser e viver da mulher nortistas, Falci (2013) pontua que as mulheres do sertão especificamente já no seu nascimento eram destinadas a cumprir/ter certas condutas de submissão (FALCI, 2013).

Os documentos históricos analisados por Falci (2013) para seus estudos são imprescindíveis para a compreensão da história da mulher. Neles, é possível verificar todo o cotidiano de mulheres e as práticas femininas, para podermos entender quem foram aquelas mulheres nortistas. Como foi construída a sua submissão? E por quais motivos

eram menosprezadas? De acordo com essa pesquisadora, o século XX foi um marco para o nascimento do movimento feminista, já que era tido para muitos como emblemático, no sentido que tanto designa importantes mudanças estruturais sociais, como participação coletivo das mulheres na cena política. Nessa compreensão, a modernidade passa a ser uma oportunidade de melhorias para as mulheres, em decorrência das mudanças econômicas e políticas, sociais e culturais.

No que se refere às mulheres sertanejas do século XIX, no Brasil, Falci (2013) relata que elas aparecem divididas em classe social, deste modo, as com mais condições financeiras ou da “elite” estão nas “páginas de inventários” ou em “livros de memórias”, por sua vez as escravas também estão, embora, pertencentes às próprias ricas, consecutivo de um sistema escravocrata da época. Sendo assim, as mulheres “pobres livres”, como as “lavadeiras”, as “doceiras”, as “costureiras” e “rendeiras”, tão conhecidas pela cultura do nordeste, como as “apanhadeiras de água nos riachos”, as “quebradeiras de coco”, benzedoras e parteiras, todas essas não podemos conhecer, pois não há registros escritos. A autora discorre que no decorrer desse século, a população feminina sertaneja teve um crescimento significativo, mas que sua condição de submissão era ainda permanente.

Em contrapartida, Souza (2018) faz um questionamento entorno de como viviam as mulheres no norte do Sertão brasileiro no século XIX. Segundo a autora, seria necessário considerar que a aprendizagem da mulher se restringia a atividades que fossem especificamente para o âmbito doméstico, tais como cuidar dos filhos e do marido, fazer trabalhos manuais de artesanato, costurar, cozinhar e cuidar do lar, consideradas desprovidas do valor para mercado de trabalho da época (SOUZA, 2018). Com base nos estudos de Falci (2013) e Souza (2018) entende-se que durante o século XIX construiu-se um ideal performativo de mulher sertaneja, na qual seria ela “filha de fazendeiro”, sua pela seria branca e herdeira de todas as suas propriedades. Ainda no Norte, o porte físico adequado ao padrão de beleza da época era o de com partes do corpo mais avantajadas, características bem comuns a essas mulheres, devido a escassez de atividades físicas (FALCI, 2013). No entanto, Falci (2013) ressalta que as mulheres que trabalhavam para obter recursos financeiros, para ajudar na renda familiar, não eram vistas com “bons olhos”, sendo desrespeitoso à moral do homem, tido como chefe da família. Muitas dessas mulheres, por não terem outras formas de sobrevivência, ficavam à mercê de serviços como “costurar” e fazer “rendas”, eram ainda lavadeiras, e trabalhavam na agricultura, em cuidados com a roça, ao lado de seus familiares ou companheiro (FALCI, 2013).

Ao longo do tempo, em especial das últimas décadas do século XX, as conquistas sociais femininas foram consideráveis para a categoria mulher. As mulheres passaram a ter uma maior participação, não só no mercado de trabalho, como também na esfera política e econômica. Elas passaram a se sentir mais à vontade em escolher de forma mais livre, se queriam ou não ser mães, pelo respeito ao seu corpo e suas escolhas, até decidir de forma mais livre como queriam e com quem estabelecer suas relações conjugais. Falci (2013) vem por meio destas teorias marcar e denunciar o processo de desigualdade e opressão que subordinavam a(s) mulher(es) a estereótipos desvalorizadores, e de justificação das desigualdades sociais sofridas por essas mulheres nortistas, durante séculos.

Nesse sentido, para Falci (2013), a história das mulheres no Brasil, em particular a das mulheres sertanejas, carregam em seu conteúdo muitas explicações sobre as diferenças de gênero, que definiram as hierarquias sociais e históricas, de determinados comportamentos e práticas sexistas. Saltou-se para um tempo de denúncias a essa exclusão e à perspectiva de dar visibilidade ao sujeito performativo, que é a mulher. Esse processo de conhecimento e análise é necessário, visto que provém de um processo histórico de construção discursiva, que nos permite investigar sobre gênero em diálogo voltados a questões políticas e culturais sobre mulher(es) no sertão brasileiro principalmente entre os séculos XIX e XX.

3.3 Feminismo contemporâneo e a noção de mulheres

Conforme Yannoulas (1994) citada por Santos Filho (2017 [2010]), até o século XVIII não havia nenhum debate em relação à submissão da mulher ao homem, tampouco a igualdade. Acreditava-se na existência de diferenças naturais entre mulheres e homens. Santos Filho (2017 [2010]) explica que as primeiras manifestações em oposição à submissão e exploração da mulher eram pensadas a partir das diferenças entre mulheres e homens. Segundo o autor, nessas manifestações os sujeitos possuem em seu caráter biológico características particulares que os diferenciam uns dos outros. É nesse paralelo, ao enaltecer essas diferenças, que consequentemente se sustenta as discriminações direcionadas à mulher (SANTOS FILHO, 2017 [2010]).

Segundo Santos Filhos (2017 [2010]), é em oposição a essa concepção essencialista, da diferença, na qual os seres humanos são prescritos, que nascem as reflexões feministas, abordando uma perspectiva igualitária sem predeterminação

natural/biológica, e que suas diferenças são decorrentes da sociedade patriarcal, aquela em que o homem é o sujeito de direito e exerce o poder sobre as mulheres (SANTOS FILHO, 2017 [2010]).

Santos Filho (2107) esclarece, tomando como base a polaridade natureza-cultura, que é ela quem coloca como legítima a separação homem e mulher, e que o “debate feminista” surge em oposição a essa conceituação, através de um discurso pluralista, que leva a categoria mulher(es) a abdicar à sua feminilidade, imposta por uma perspectiva binária de diferenças pautadas entre homens e mulheres, negando, assim, uma ideia de igualdade, em que o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado por meio de um sexo previamente estabelecido, ao mesmo tempo em que o discurso se dá na compreensão de que é necessário “estabelecer a igualdade de direitos e o direito às diferenças” (SANTOS FILHO, 2017 [2010], p.113), tomando como base as ideias de Yannoulas (1994).

Santos Filho (2017 [2010]), tomando como meta a “ambivalência” entre os sexos, de Yannoulas (1994), observa que é necessário “estabelecer-se a igualdade de direito às diferenças”, e que é no centro dessa percepção que surgem os estudos de gênero, problematizando a submissão e exploração da mulher, para os quais, podemos dizer de forma generalizada, a subordinação e exploração da mulher relacionada ao domínio patriarcal, ou seja, ao poder. Santos Filho chama a atenção para o fato de que o debate feminista era estritamente sobre mulher, ou sobre as mulheres, sendo que o estudo dos gêneros tinha o seu foco na relação homem e mulher em seus gêneros, e as consequentes dependências ou igualdades, advindas dos processos de edificação e legitimação de um padrão (SANTOS FILHO, 2017 [2010]).

A esse respeito, diz que o conceito de gênero inteligível parte da necessidade dos estudos sobre gênero em ter um embasamento histórico, e conhecimentos atuais de suas categorias. Deste modo, a compreensão acerca dos caminhos para se pensar as alternativas de dominação masculina, ou seja, ao patriarcado, estando sempre instauradas as relações de poder, são imprescindíveis para sua compreensão. Butler (2017 [1990]) explica-nos que gêneros “inteligíveis” são aqueles que, de certa forma, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Assim, os aspectos de descontinuidade e incoerência são concebíveis em relação às normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis, que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou

“efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual. Nessa compreensão, Butler (2017 [1990]) ajuda-nos a refletir que mulher é um termo em processo, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem natural, mas de repetições por meio de uma interpelação do que se queira tornar natural. Para Butler, essa performance é uma espécie de identidade que se torna válida a partir dos efeitos de repetições, que quando internalizados são postos como verdades, mas que podem ser moldadas e transformadas o tempo todo (BUTLER, 2017 [1990], p. 200).

Assim, ao discutir o conceito de gênero, entendemos que o patriarcado tem seu sistema enraizado na cultura e em instituições conservadoras, e o feminismo busca desconstruir sua estrutura voltada para uma crença de verdade absoluta e de exclusão, guiadas por uma superioridade masculina e opressora, que menospreza quem não se enquadra nos padrões normativos por ele estabelecido e legitimado. Os relatos históricos apontam para a figura feminina como importante para a ruptura da figura masculina tida como essencialista, evidenciando-se, com isso, as múltiplas dimensões da realidade em nosso país, onde homens e mulheres constituem através de suas experiências e práticas sociais uma diversidade de performances. Nesse intuito, Santos Filho (2017) considera que conceito de gênero surge no feminismo com a finalidade de unir o movimento político feminista e as “atividades acadêmicas”, que se debruçaram sobre o questionamento da desigualdade social entre homens e mulheres. Para ele, é preciso entender o conceito de gênero, bem como explicar a sua força para as reflexões a respeito das construções das identidades de gênero.

Em pleno século XXI, em uma sociedade considerada pós-moderna, a mulher tem cada vez mais conquistado seu espaço na esfera social. Além disso, vem se tornando membro participativo das mudanças ocorridas na atualidade. A história da mulher no contexto atual pode ser contada de várias formas, evidenciando-se através destas os traços de exploração, de violência, de conquistas e de dominação sócio-político-econômico e cultural. A esse respeito, para Tiburi (2018), em uma sociedade patriarcal, o feminismo deve ser constantemente analisado por um viés prático e teórico, já que se trata de um movimento abrangente e que carrega uma gama de reivindicações (TIBURI, 2018).

Ou seja, o feminismo é uma corrente que não nasce da particularidade, mas que foi herdado e vem sendo construído. Nesse, a noção de performatividade, proposta por Judith Butler, é importante, porque passamos a entender que as enunciações não possuem um estatuto descritivo, mas prescritivo (SANTOS FILHO, 2017), compreendidos como atividades performativas, que buscam autorizar sujeitos e sentidos, válidos para essa

compreensão de feminismo. Desse modo, direcionamos nosso entendimento para a noção de que a linguagem é um exercício performativo, uma ação realizada pela linguagem, que quando repetida acaba construindo e/ou subvertendo as várias performances de homens e mulheres.

Na concepção de “ato performativo”, podemos entender que ao enunciar tecemos sujeitos, marcando determinadas posições no mundo e sobre o mundo. Desse modo, os recursos linguísticos se constituem como índices de interatividade, já que compreendemos que não há significado transcendental que prenda um referente a um significante e não há referente que preceda a um significante, conforme explicado por Santos Filho (2017). Tiburi (2018) com base na compreensão de Butler (2017[1990]), pontua pensar gênero como forma de analisar papéis masculinos e femininos por uma “perspectiva hegemônica”, em que os aspectos masculinos e femininos estão ligadas às regras heteronormativas de conduta.

Segundo ela, o feminismo nos convida a pensar melhor as questões teóricas do movimento, ao percebemos que somos mulheres e não mulheres, pessoas do âmbito LGBTQI, e também homens héteros, sujeitos e assujeitados a um mundo patriarcal; que esse feminismo necessita questionar, chamando a atenção para uma luta por direitos de todas, todos e todes, no sentido de ser um movimento voltado para todas as expressões de gênero e de sexualidade que foram oprimidos e padecem sob injustiças de um sistema de hierarquia (TIBURI, 2018). Ou seja, para Santos Filho (2017 [2010]), “o debate feminista”, emerge da necessidade de se questionar essa essência biológica decorrentes de uma sociedade patriarcal, na qual era/é exercida a hierarquia masculina, buscando estabelecer a igualdade pelos direitos e pelas “diferenças” (SANTOS FILHO, 2017 [2010], p. 112).

No centro dessas questões, o feminismo se consolida como um operador teórico-prático, pois se afirma contra o sistema de dominância do patriarcado, um “contradispositivo” (TIBURI, 2018). Ou, a partir das observações, em Michel Foucault, Butler (2017 [1990]), definiu poder como um arranjo do sistema jurídico, que ao mesmo tempo que produz os sujeitos e os representa, precisando o feminismo surgir como contraposição a esse sistema. Nesse sentido, para Butler, não é suficiente apenas questionar como as mulheres podem ser representadas na política. A crítica feminista deve se atentar como a categoria “mulheres” é produzida e ao mesmo tempo reprimida pelas estruturas jurídicas representativas (BUTLER, 2017 [1990]).

Nessa direção de pensamento, Tiburi (2018) argumenta que se faz necessário desconstruir o conceito de “mulher” como algo natural, no sentido biológico, e que o feminismo não pode se prender a essa conceituação, já que o movimento feminista abrange um leque de diversidade. De acordo com Butler (2017 [1990]), o patriarcado é atualmente um sistema sem credibilidade comparado ao passado. Segundo a filósofa, a noção de mulher generalizada por ele é mais difícil de superar, argumentando que a noção binária masculino/feminino é uma especificidade do feminino, considerada pela autora como descontextualizada e constituinte de uma identidade equivocada de gênero como biológico.

Butler argumenta que a insistência na representação de um sujeito universal do feminismo dá ao movimento uma prática representacional voltada para exceções, o que o leva a ser repensado como categoria para reivindicar e legitimar direitos. Para a filósofa, é no domínio da isenção que as práticas feministas se proporcionam como reguladoras dessa constituição, explicando os limites necessários da política de identidade, que Santos Filho (2015) discute através da postura queer de análise de gênero. Butler (2017 [1990]), observa que “a tarefa política não é recusar a política representacional”, a tarefa é a “genealogia” da crítica das práticas de legitimação, estabelecer uma crítica as camadas identitárias, que os arcabouços legais contemporâneo as produzem e naturalizam (BUTLER, 2017 [1990], p. 24).

De acordo com Santos Filho (2015), Butler (2017 [1990]) apresenta essa postura “radical” queer, ao liberta-se de uma postura estável, e binária como validade. Para ela, a genealogia feminista da categoria “mulheres” tem como tarefa determinar as opressões políticas que produzem, e conseqüentemente ocultam o sujeito do feminino e do feminismo. Tal como já pontuamos, nessa área de conhecimento linguístico, a Linguística Queer, assumimos uma postura epistemológica pós-estruturalista, revisando a noção de sujeito, e adotando uma perspectiva desconstrucionista, por meio da qual objetivamos compreender como as pessoas se formam.

Conforme Santos Filho (2017), a Linguística Queer pode ser também, de modo amplo, compreendida como problematização das normas de inteligibilidade e suas subversões que ganham vida no discurso, na cultura e nas práticas sociais contemporâneas. Assim, para nós, o propósito da Linguística Queer é criar inteligibilidades sobre as produções de sentidos e, nesses, de sujeitos válidos e sujeitos não-válidos em diversas práticas de linguagem, sejam falas de si, ou enunciações que se

propõem “descritivas” de sujeitos vistos como contraditórios às normas de poder (SANTOS FILHO, 2017).

Nessa concepção, nossa pesquisa intenciona problematizar a performatividade de gênero, problematizando identidade e interrogando a construção de outros modos de ser mulher e de feminino, e a noção de feminismo construído em revistas. Ressaltamos que estamos inseridos em uma cultura heteronormativa, uma cultura que insiste em não reconhecer e aprender com as diferenças de gênero (SANTOS FILHO, 2017), conforme Colling (2015). Desse modo, entender a estrutura do discurso é relevante, uma vez que o discurso está presente não apenas quando nos dirigimos ao “outro”, mas também, para performatizações que internalizamos ao tomá-las como válidas (SANTOS FILHO, 2017). Logo, a abordagem dos estudos linguísticos por um viés da Linguística Queer nos fornece subsídios para cumprir com objetivo de nossa pesquisa, porque fornece base conceitual e metodologia para investigarmos acerca da performatização de mulher(es) em revistas.

Para análise, trazemos algumas reflexões, tomando como base as discussões em Linguística Queer, para compreendermos como os gêneros discursivos manchete de capa, reportagem e entrevista de revistas femininas constroem uma identidade de mulher, uma noção de feminino, a partir de seus discursos. Com a intenção de discutir a construção do *feminino* e os modos de *ser mulher*, no ano de 2019, o *corpus* em análise é constituído de duas edições de revistas femininas brasileiras, direcionadas ao público feminino; uma edição da revista *Marie Clarie* - uma manchete de capa, do mês de fevereiro de 2019, e uma reportagem de capa, e uma manchete de capa e uma entrevista, na revista *Claudia*. Esse *corpus* foi selecionado porque é onde aparecem os nomes “mulher”, “feminino” e “feminismo”, nos títulos, em comparação com as publicações dos outros meses desse mesmo ano nos dois periódicos mencionados.

Para compreendermos o contexto e como essas revistas circulam, é preciso compreendermos que público está lendo a revista. Compreendemos que os leitores ou as leitoras podem ser variado(a)s, ao compararmos com o padrão da revista, já que se trata de uma revista de assinatura mensal e com conteúdo específico. Desse modo, portanto, acreditamos que o seu público não está restrito apenas às mulheres, mas, ao julgar pelo fato de ser uma revista para assinantes e com um valor específico de custo, provavelmente o seu acesso passa a ser limitado a determinados grupos de pessoas, a exemplo daquelas que tenham interesse por seus conteúdos e estejam dispostas a pagar por eles.

A análise das edições mencionadas tem a intenção de pensar, entender e problematizar como essas revistas estão performatizando a noção de mulher, ou seja, que noção de gênero feminino está sendo construído na revista, isto é, qual é o projeto de performatização que a revista está construindo e que noções de feminino e feminismo cada revista apresenta.

Como mencionado desde a introdução desse trabalho, o *corpus* construído para análise está constituído em capas, manchetes de capa, reportagem e entrevista de duas edições de revistas femininas, de modo a interpretar como o feminismo e o feminino são caracterizados, buscando, assim, resposta para algumas perguntas, tais como: a) Que noção de feminismo as duas edições dessas revistas femininas apresentam? b) Como o gênero feminino é nessas revistas construído? c) Qual performatização do que é ser mulher é apresentada pelas revistas? d) O discurso do feminismo visto pela revista no ano

de 2019 ainda mantém aquele apresentado em 1970, por Simone de Beauvoir, por exemplo? Logo, cabe analisarmos o projeto de performatização de “mulher” e “feminismo” que a revista constrói, na edições já mencionadas, exibidas na sequência:

Figura 01: Capas, manchete(s) de capa – revista *Marie Claire* (fev/2019).





Fonte: Revista *Marie Claire*., edição de fevereiro de 2019 – Capa(s).

Figura 02: Reportagem – revista Marie Clarie (fev/2019).



Fonte: Revista *Marie Clarie*, edição de fevereiro de 2019 – Reportagem

Figura 03: Capa, manchete de capa – revista Claudia (abr/2019).



Fonte: Revista *Claudia*, edição de abril de 2019.

Figura 04: Entrevista – revista Claudia (abr/2019).



Fonte: Revista *Claudia*, edição de abril de 2019.

Neste estudo, estão sendo considerados os gêneros discursivos capas de revistas, manchetes de capa, reportagem e entrevista das revistas *Marie Clarie* e *Claudia*, sendo a primeira do mês de fevereiro e a segunda do mês de março do ano de 2019. Entendemos que esses “suportes” comportam gêneros discursivos que são considerados reflexivos

para o tema em questão e que a princípio o discurso é colocado como verdade pelas revistas, em meio a um jogo de palavras que buscam interpelar os sujeitos através de um projeto performativo que constrói uma noção do que é ser mulher.

Em relação aos questionamentos da pesquisa, acrescentamos: O que as fotografias transmitem aparentemente ao público alvo? Que relação de sentido é construída a respeito do gênero feminino ao masculino? Para quem é esse feminismo? Essas questões serão retomadas ao longo das análises, que são realizadas a partir de uma leitura enunciativo-discursiva queer, incluindo o conceito de performatividade.

4.1 Metodologia

Antes da análise das edições das duas revistas, esclareço que o foco está no ato performativo, que, como dito no Capítulo 02, se configura como um fenômeno no qual os significados que estão postos no texto não se configuram como verdades absolutas, pois a força do ato performativo, sua força de se tornar ação, está na citação, que constrói e reconstrói significados, repetidos. Desse modo, antes de iniciar a análise, é fundamental destacar o que se compreende por “ato performativo”.

Entendemos que o ato performativo se configura por fazer necessária a presença de um “eu” discursivo (nesse caso, as revistas), aquele que fala para um “outro” (público/leitores/leitoras), configurando-se também como um ato enunciativo, através da “citação” e se configurando do mesmo modo como interpelativo, no sentido de o “outro” tomar como verdade aquilo que foi dito por aquele “eu”. É assim que se constrói/pode se construir a performatização, conforme Santos Filho (2015).

A esse respeito, Santos Filho (2015), a partir das ideias de Judith Butler, explica que “o ato performativo não é simplesmente um ato linguístico em si”, pois o ato performativo é uma cena discursiva na qual existem um “eu” e um “outro”, e que por isso ele precisa do “outro”, no sentido de que um enunciado é construído numa dimensão em que os sujeitos se relacionam discursivamente e vão se construindo ou se reconstruindo com base em suas vivências e relações sociais.

Assim, a Linguística Queer é um campo de saber que focaliza em análise das construções linguístico-discursivas que rotulam e constroem sujeitos, refletindo acerca dos discursos que validam uns, ao mesmo tempo em que excluem outros indivíduos, na integração entre linguagem e construção do sujeito, dentro das relações sociais dos sujeitos na cultura heteronormativa. Os estudos em Linguística Queer, desse modo,

passam a problematizar as noções e normas de inteligibilidade da cultura heteronormativa, passando, dessa maneira, a dar vozes aqueles sujeitos que se encontram fora dos padrões estabelecidos. Nesses novos estudos linguísticos, entende-se que a linguagem vai construindo as identidades dos sujeitos através dos discursos que foram ditos e que vão se repetindo.

Logo, para pensar sobre isso, na análise tomamos os discursos anteriormente discutidos no Capítulo 02, a respeito de entender o feminismo e essas construções discursivas sobre o que é ser mulher, mobilizando, para isso, as ideias de Judith Butler (2017 [1990]), Santos Filho (2015) e Beauvoir (1970), dentre outro(a)s.

Nesse sentido, cada capa de revista, junto com a reportagem e a entrevista, constitui um ato performativo, ou seja, pode ser um ato performativo, sendo assim entendidas como um projeto de performatização, uma tentativa da revista de performatizar aquilo sobre o que ela fala, ou que a revista quer, nesse caso sobre o que ser mulher e o que é o feminino e o feminismo. Logo, esse “eu”, que são a revista *Marie Clarie* e a revista *Claudia*, fala para um “outro” com intenção de interpelá-lo.

Esse “outro” com quem a revista fala são as mulheres que leem essas revistas. Só as mulheres? Faz necessário traçar um perfil psicossocial dessa(s) leitora(s), ou possivelmente leitores, no sentido de que, possivelmente, essa mulher seja uma mulher que tenha condições financeiras para adquirir as revistas, uma mulher instruída e ainda uma mulher que tenha compreensão e interesses acerca do que é ser mulher nos sentidos do que se está lendo. Mas não se pode dizer ao certo que um homem não poderia ter lido ou não tenha interesse por assuntos a respeito de mulheres. Não é possível saber ao certo se a intenção das revistas é realizada, mas se poderia consultar as cartas dos leitores, das leitoras, para se ter uma noção dos sentidos que a revista constrói e se esses configuram-se em interpelação ao outro. No entanto, essa investigação não é objeto de estudos nesse TCC.

Se entendemos que a cena interpelativa ganha força na citação, é importante que se entenda quais (outros) discursos foram mobilizados nessas revistas. Podemos questionar: Quais foram os outros discursos na capa que cada revista mobilizou? O nosso interesse surge em entender cada cena discursiva, que é uma cena interpelativa, que para ser uma cena interpelativa ela precisa ter força, e que essa força vem da citação. Nesse sentido, vem da citação porque quando esse “eu” fala, no caso as revistas, traz citações que consideram válidas, e que está imaginando, por esse perfil, que esse “outro” também vai tomar essas citações como válidas.

Logo, as reflexões são em querer saber quais são essas citações que foram mobilizadas. A citação é o discurso do “outro”, ou, segundo Judith Butler, é “a frase anterior”, no sentido de serem discursos/enunciados que em algum momento já foram ditos. As citações podem aparecer explicitamente, como um discurso direto, ou implicitamente como um discurso indireto. Assim, entende-se que quando vem como esse discurso direto, há uma marca, uma marcação de quem disse esse discurso anterior, quando não, ele é incorporado no discurso do eu e dificilmente pode-se saber. No entanto, pode-se pensar que ali tem um discurso anterior que a revista está trazendo e é isso que a análise visa “buscar”.

Nessa perspectiva, quais são as perguntas realizadas quando se está seguindo essa metodologia? Tomando como base as ideias de Santos Filho (2015), e adequando-as à análise, temos as seguintes problematizações: a) que sentidos foram nas *revistas* construídos sobre o feminismo? b) que sujeitos foram nessas enunciações autorizados? e c) que citações foram repetidas nas revistas? Será que tais “frases anteriores” têm poder vinculante? Conseguem as propostas de sentido das *revistas* se constituírem em atos performativos?

Nessa compreensão, Santos Filho (2015) argumenta que nos interessa entender que a noção de corpos mediados por práticas discursivas é sustentada porque se compreende que os corpos e os sujeitos não são portadores de atributos essenciais relacionados morfológicamente. Nessa direção metodológica, a partir das ideias de Santos Filho (2015; 2017) investigamos de que modo os enunciados em revistas femininas constroem vínculos discursivos com a noção de gênero feminino e de feminismo a partir de suas citações.

Desse modo, a noção linguística aqui discutida no que é ser mulher dialoga com a de ato performativo, no sentido de que é através das cenas discursivas que surgem esses (re)arranjos discursivos, produzindo efeitos de sentido, que podem interpelar ou não o(a) outro(a) do discurso, levando a reconhecer modos e noção de ser válidos, propostos nas edições de revistas femininas. Na sequência, apresentamos as análises das edições das duas revistas por uma perspectiva enunciativo-discursiva queer.

4.2 Análise

Neste subtópico, é importante falar sobre revistas femininas, pois é o “suporte” no qual o texto é publicado, e é onde se construiu a análise. Com relação ao que foi dito

anteriormente, é importante entendermos sobre o *corpus* a ser analisado. Para isso, precisamos fazer um percurso histórico a respeito de como surgiram as revistas femininas no Brasil. Quais foram os primeiros escritos sobre mulheres? O que são essas revistas? Por que elas nasceram naquele momento? Quais revistas femininas ainda circulam? E com quem essas revistas dialogam? Nesse sentido, entendemos que os primeiros suportes desse gênero lançados em nosso país recebiam o nome de “jornal para mulheres” e tinham como objetivo atrair as mulheres para o cenário político, com o intuito de provocar nessas mulheres o interesse em participar de movimentos femininos, entender sobre política e assuntos com temas relacionados ao comportamento e temáticas femininas.

Esses “jornais para mulheres” surgiram, de acordo com Leite (2003), em uma fase política de possível abolição da censura, num momento de ascensão da “imprensa alternativa”. É nessa calorosa busca por afirmação do indivíduo que nascem, então, os jornais feministas, com título específicos como: *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, na cidade de São Paulo. Segundo a autora mencionada anteriormente, esses jornais se configuraram como modernos, pois apresentavam assuntos e novos conceitos femininos, vinculando discussões acerca de temas antes não discutidos por mulheres, permitidos apenas para grupos masculinos. Esses jornais circularam a partir dos anos de 1975, e eram jornais dirigidos também por mulheres de forma bastante organizada, que buscavam refletir a respeito das ideias políticas da época e “militância feminista” (LEITE, 2003).

Nesse sentido, essas irreverentes publicações buscavam em seus escritos ir em oposição ao poder caracterizado nas políticas conservadoras tradicionais, que propagavam seus discursos machistas, enraizados nas sociedades patriarcais. É nessa perspectiva, em oposição a essa sociedade normativa, de exclusão, que surgiram esses primeiros escritos construídos por uma imprensa feminista, com o intuito de trazer reflexões sobre as próprias mulheres e sobre o feminismo, que progredia na década de 1970. Leite (2003) diz, inspirada por Foucault, que se faz importante analisar a circulação de poder e debater sobre o aprendizado a que as mulheres são submetidas desde a infância para viverem em função do homem, e a repensar nossa sociedade, que tem seus pilares centrados em uma cultura heteronormativa.

Nessa perspectiva, para o estudo/análise, tendo em vista uma sociedade onde há predominância de valores e condutas patriarcais normativas, questionamo-nos então acerca de: Qual noção de “feminino” e “feminismo” são construídos? O que é ser mulher? Como são conceituadas as mulheres nesses “suportes”? Diante de tais questionamentos, buscamos analisar como ocorrem as relações de construção de identidades das mulheres

nas referidas revistas, mais especificamente identificar quais os discursos utilizados para a construção de uma noção de gênero, e quais concepções estão inseridas para se entender o que é feminino, isto é, o que é ser mulher.

No tocante ao movimento feminista, as reflexões apresentadas anteriormente no Capítulo 02 possibilitam um olhar mais cauteloso a respeito desse assunto, já que, na década de 1970, o movimento feminista se encontrava seguindo uma (suposta) “representação” de mulher, pois quando escolhia “representar” uma categoria de mulher consequentemente excluía uma outra. Assim, para essa análise, é de grande relevância a compreensão acerca da imprensa como espaço aberto para as mulheres e como expressão de uma linha política de pensamento ligada ao despertar da mulher para as ideias e o movimento feminista, trazendo para o debate não temas específicos de uma suposta categoria mulher, relacionados ao cotidiano, ao trabalho e à violência doméstica, mas temas de interesse comum.

Dessa maneira, de acordo as ideias de Teruya e Takara (2014), é preciso ter uma certa atenção sobre os conceitos e definições apresentados pela imprensa, nesse caso, em especial as revistas, pois na maioria das vezes são colocados como “verdades absolutas” e acabam por construir estereótipos, a exemplo do que é ser mulher e do gênero feminino. Nesse sentido, as citações apresentadas pela revista se constroem em busca de uma interpelação de suas verdades, que precisam que o outro, a outra, assim também as tomem.

As mídias, portanto, são territórios de discussões que estão em constante circulação e que trazem uma gama de assuntos e formas de comportamento. Desse modo, o consumo dessas informações pode “insinuar” aos sujeitos maneiras de pensar, o que é importante ou não, para os diferentes públicos (TAKARA e TERUYA, 2014). Nesse sentido, revistas direcionadas ao público feminino surgem o tempo todo como forma de suprir uma necessidade ou dar uma instrução sobre um tema específico, ou ainda de simplesmente falar de mulher. Segundo Takara e Teruya (2014), a Editora Trip do Brasil, por exemplo, lançou em maio de 2001 a revista TPM, com o intuito de desarticular os padrões e os estereótipos femininos. Segundo afirma, esse suporte apresenta uma revista que se contrapõe “às revistas tradicionais, acusadas de ofender a inteligência e autoestima das mulheres” (TERUYA e TAKARA, 2014, p. 286).

Essas revistas, ou revistas femininas, trazem sempre temas pertinentes que são apresentados através de dois gêneros discursivos, que é a manchete de capa e a reportagem, ou ainda a entrevista. Segundo Noblat (2007), a manchete de capa é um

gênero discursivo que se constitui em um pequeno texto direto e objetivo, com o intuito de surpreender o(s) leitor(es), as leitoras, fazendo informações sobre temas desconhecidos ou polêmicos. Nesse sentido, a manchete de capa precisa ser, inicialmente, provocativa e, sobretudo, reflexiva, de maneira a convidar um determinado público para a leitura das próximas páginas. Já a reportagem é um gênero jornalístico que permite ao leitor conhecer um fato maior e com mais profundidade, por se apresentar ampliado e com dados específicos, tais como opinião do jornalista, fotografias, opinião de pessoas envolvidas com o tema e o assunto discutido.

De acordo com o autor, o gênero entrevista tem como papel fundamental apresentar a(o)s leitores(as) a opinião e características do(a)s entrevistado(a)s a respeito de determinados assuntos propostos por um veículo comunicativo qualquer. Além disso, a reportagem assim como a entrevista podem ser considerados textos jornalísticos disseminados pelos meios de comunicação em geral, entre eles as revistas, com a função de informar e possivelmente formar opiniões acerca de temas abordados e discutidos.

Essa reflexão amplia a nossa concepção sobre revistas, nesse caso em questão, as que são analisadas a seguir, as revistas *Marie Clarie* e *Claudia*. A revista *Marie Clarie* é uma revista criada na França em 1937 para ser uma revista feminina diferente, com intenção aparente de explicar a “mulher”. No Brasil, teve início em 1990; é uma revista dirigida, ou feita, por mulheres e para mulheres, da Editora Globo. Essa revista se configura como uma revista inovadora, que traz temas polêmicos e pertinentes do universo feminino. Conhecida por ter bons indicadores de circulação, a *Marie Clarie* busca sempre estar atualizada e busca para as suas manchetes assuntos polêmicos discutidos por personalidades conhecidas pelo público. A revista *Claudia* também é uma revista destinada ao público feminino, publicada pela Editora Abril, que está em circulação desde 1961. Essa revista se auto intitula como inovadora, contendo temas variados sobre o universo feminino, trazendo em suas publicações sempre uma proposta direcionada ao feminismo.

Essas duas revistas têm o propósito de manter uma ideia de mulher no sentido tradicional e pelo lado biológico, ou elas pretendem subverter essa noção de mulher e de feminismo? Elas são revistas feministas?

4.2.1 “FUTURO FEMININO”

Figura 05: Capas Marie Clarie, fev./2019.



Fonte: Marie Clarie, fev./2019.

Nessa edição, de fevereiro de 2019, da *Marie Clarie*, a revista traz a expressão “futuro do feminino”, formada por um sintagma nominal, formado por um nome mais um adjetivo. Nesse, a palavra “feminino” está caracterizando (um) “futuro”, no sentido de “futuro do feminino”, se usássemos a locução adjetiva “do feminino”. A publicação toma como objeto de discurso o “futuro” do feminino. Podemos entender o termo “feminino” como “mulher”, como uma “condição de ser mulher”. Nesse sentido, a revista traz como manchete de capa a ideia de futuro de ser feminino, isto é, o futuro da condição de ser feminina, ou de ser mulher.

Logo, podemos entender que a revista se propõe a pensar sobre o “futuro do feminino”, o que nos remete a uma avaliação de como foi o feminino no passado, de como está sendo hoje essa noção de feminino, e de como será futuramente. Essa compreensão se constitui como implícita no enunciado, e nos leva a refletir sobre as noções de feminino, ou de mulher. Assim: O que é o “feminino” que a revista está falando? Se partirmos para o subtítulo da manchete, que aparece abaixo da manchete central de capa, a revista faz uma retomada da palavra “futuro”, ao usar uma expressão que remete a essa noção de futuro, quando diz “nova geração”, ligando essa construção ao “poder” e “empatia”, como tendência dessa nova geração, ao dizer: “Futuro feminino – o poder e a empatia da nova geração: a atriz Luisa Arraes, a top Samile e a cantora Xenia Franca”,

que acompanha o nome das personalidades femininas, alternando a posição do enunciado de acordo com a sua respectiva fotografia. É a partir da capa que a revista é divulgada, e posteriormente vendida.

A capa, que na verdade se apresenta em três, traz três mulheres, dando destaque individual para as suas respectivas imagens. Na primeira fotografia, temos uma mulher branca, a atriz Luisa Arraes. Na fotografia, sua expressão facial é bem expressiva, pois mesmo sem estar sorrindo é possível notar através do seu olhar uma leveza e personalidade, visto que parecem se expressar mais que os lábios. Luisa aparece visivelmente bem-comportada, ao julgar o seu vestuário, pois usa o que é aparentemente um vestido não tão curto, com pequenas mangas, que não deixam à mostra o seu busto, tendo apenas uma pequena abertura na lateral esquerda da cintura; está com cabelos curtos e com uma franja bem curta, sendo esse considerado um corte arrojado/moderno.

A segunda personalidade é a cantora Xenia França, uma mulher negra, de sorriso largo, que usa uma espécie de casaco com estampa floral e de fundo azul claro, com bordados elaborados na tonalidade dourado, que se aproximam do seu tom de pele, ao deixar à mostra todo o ombro esquerdo e partes do seio. Seus cabelos são longos e estão soltos, dando um ar aparentemente natural e exalando sensualidade a sua imagem, devido ao seu grande volume, que acaba ainda transmitindo uma certa originalidade de quem ela é.

A terceira imagem é da top model negra Samile. Sua expressão facial aparenta afrontar/encarar algo ou alguém, pois seu olhar está fixo e reto, assim como os seus lábios, que estão entreabertos; a cabeça reta, seus cabelos são crespos, curtos e cacheados, demonstrando sua transição para a naturalidade, rompendo com alguns padrões de beleza aceitos pela cultura tradicional e racista. Samile aparece usando peças íntimas pequenas, que são acompanhadas por acessórios grandes, rústicos e bem modernos, que estão tanto em seu pescoço, como nos pulsos, intercalados com uma sobreposição, que é uma jaqueta de couro aberta, que deixa à mostra tanto a peça por baixo como partes do seu corpo. Ambas as mulheres estão maquiadas, bem produzidas e parecem se comunicar através dos olhares marcados e visivelmente bem expressivos. Encaram a leitora, o leitor?

Para Beauvoir (1970), o “feminino” ia contra a cultura patriarcal de exclusão da mulher, implicada em categorizá-la como apenas para o lar, para cuidar do marido e dos filhos. No entanto, a revista, agora, o coloca junto à noção de “poder” e “empatia”, relacionando-o à “nova geração”, atrelando, assim, esse “novo feminino” à uma ideia de futuro. Nesse sentido, como vemos, nessa manchete de capa, o “eu” que fala, ao produzir

o discurso de feminino atrelado ao futuro, com esse enunciado, nesse contexto, a *Marie Clarie*, mobiliza para essa cena discursiva noções de mulher, com uma proposta de ato performativo, já que convida o “outro” a se identificar com as capas, e a ideologia de feminino ali construída. A performatização de mulher construída nas três capas apresentadas se caracteriza por um uma ideia de sujeito ali apresentado.

Assim, ao pensarmos essa cena discursiva, tomando como base as ideias de Beauvoir (1970) e Santos Filho (2015), ao analisar esses discursos, entendemos que essa construção se configura como prática de ressignificação dos sentidos empregados para a concepção de mulher. Butler (2017) vai dizer que a genealogia, como metodologia dos estudos de gênero, toma como base o gênero e a análise, estabelecendo relações para compreensão de sentido. Nesse sentido, segundo ela, o “feminino” já não aparece mais estável quanto ao significado de “mulher”, já que essa noção foi desnordeada pelo movimento feminista.

Nesse modelo insurgente, as citações mobilizadas marcam as relações de poder nas relações sociais e na cultura de gênero para esse “futuro”, pois o “feminino” do passado (?) foi construído em uma sociedade marcada pela hierarquia, gerando uma sociedade fundamentada no sistema patriarcal, marcada pela estratificação existente entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre escravos e senhores, como argumentamos com base em Falci (2013). Nessa dimensão, o enunciado da revista *Marie Clarie* nos apresenta uma “nova geração” de feminino que pode ser considerada plural, que explica um feminino voltado não para a noção de mulher como universal, mas para outras compreensões do que é ser mulher.

As mulheres escolhidas pela revista são personalidades midiáticas, uma atriz, uma top model e uma cantora. Ao julgar pelas mulheres apresentadas e suas vivências, sendo que duas delas são negras e que vieram de uma classe baixa e desfavorecida, percebe-se uma nova geração de feminino que engloba uma maior diversidade para a condição de ser feminino. Nessas construções de modos de ser feminino no futuro, quebram-se os paradigmas, assim essas questões de empatia e de poder estão para todas, essa noção de feminino agora já não é mais aquela de submissão. Não é o feminino da mulher de classe alta nem média alta, não é o feminino da mulher branca e loura, enfim, é um feminino que vai englobando outras condições de ser feminino, de ser mulher.

Por outro lado, nas três capas apresentadas, a revista não consegue apresentar a contento essa pluralidade de condição de ser mulher, pois o que se é colocado como válido é mais uma vez os fatores biológicos. Logo, essas conceituações acerca do feminino e da

mulher, mesmo se colocando nessa aceitação uma pluralidade feminina, possivelmente não engloba outros modos de ser mulher, outros que não se enquadrem em um padrão biológico.

Nesse contraste qual é a condição de feminino que revista quer construir como feminino do futuro? Se faz importante entender qual é o projeto performativo que a revista pretende alcançar. Butler (2017 [1990]) fala que o feminismo surge para se pensar a categoria mulher não no singular, aquela que coloca fatores biológicos como cruciais para uma definição, mas no plural, que é preciso se pensar em diversos modos de ser mulher. Então, esse “futuro feminino” traz a questão plural. Mas, ao mesmo tempo, ao apresentar as três capas colocando mulheres biologicamente categorizadas, acaba validando dentro dessa condição que o fator crucial para ser mulher é necessariamente um órgão genital feminino.

Nesse sentido, o projeto performativo da revista é o de uma mulher relacionada apenas a fatores biológicos. Qual é a noção aqui apresentada? Quem é esse outro com quem a revista dialoga? Com o “slogan” “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, citado por Simone de Beauvoir (2017[1970]), acreditava-se que a diferença biológica das mulheres, como a gestação, por exemplo, era relacionada a fatores de inferioridade da mulher na sociedade. A revista nos parece ir em oposição ao dito por Beauvoir, quando lança uma reflexão sobre o gênero feminino, levantando-se assim um debate sobre gênero e desigualdade entre eles, em uma identidade predefinida, em uma época em que, segundo ela, pertence a uma nova geração. Além disso, ao escolher as personalidades para compor as capas, observa-se que o ideal de feminino futuro ali propostos pelo suporte ainda passa longe de um ideal de mulher que não seja o atrelado a sua condição biológica. Entende-se, então, que o pluralismo apresentado pela revista ainda está atrelado a questões biológicas, e, sendo assim, exclui outras formas que não se enquadrem nesse perfil, a exemplo de uma mulher trans.

Assim, a criação do “eu” está interligada com o olhar de fora, do que é ser mulher, trazendo construções que englobam apenas a mulher que possua o órgão vagina. Nesse sentido, compreendemos o que disse Beauvoir, em “O Segundo Sexo”, quando afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”; pois, para ela, mulher é um termo em processo de construção, que no caso da revista, não se configura assim, já que o perfil de mulher apresentado nessa edição contempla apenas a mulher ligada a um gênero predefinido, já que não possibilita outras formas de ser mulher. Por outro lado, não se pode dizer ao certo se esse projeto de performatividade ganha êxito e para quem teria

êxito, pois, por se tratar de uma revista de grande circulação, o público leitor pode ser variado, assim também como os sentidos, que podem ser validados ou não.

Segundo o que foi discutido anteriormente, o feminismo muitas vezes anula as desigualdades e em outros ascende as diferenças, o que gera controversas entre as mulheres que fazem parte do movimento (BUTLER, 2017 [1990]). A teoria feminista da época de 1960 e 1970, por exemplo, presumia a existência de uma identidade pré-definida, na qual a categoria de mulheres nascia através de uma “representação” política do gênero mulher. Assim, se compararmos as ideias de Butler (2017 [1990]), em relação à noção de feminino ou de mulher, a autora explica que, para que o movimento ganhe força, seria necessário um *feminismo plural*, sem dar prioridade à política de identidade, no sentido de que o gênero era uma categoria em constante construção, e que explicar mulher, ou o gênero feminino, por fatores biológicos já não fazia e nem faz mais sentido.

Nessa concepção, Falci (2013) explica que a sociedade nortista no século XIX, marcada por hierarquias, apresentava o homem como sendo o ponto principal e a mulher sempre atrelada à submissão. De acordo com essa pesquisadora, as únicas atividades aceitas pela sociedade patriarcal da época que fossem realizadas por mulheres eram as tarefas domésticas em geral. A partir dessas discussões, podemos entender que a revista ao apresentar a frase “FUTURO FEMININO” pretende construir uma noção de mulher diferente das anteriores. Nesse sentido, compete a nós compreendermos como seria esse ideal aqui apresentado; “que futuro é esse do feminino?”

Nessa problematização, compreendemos que os discursos mobilizados pela revista nos remetem a uma analogia, pensando esse futuro em comparação com o passado, conforme problematizamos, no tocante à história do feminismo, a luta e as primeiras conquistas, tomando como base uma sociedade em que o poder era mantido numa via de mão única, nesse caso, pelo homem. Ao retomar esse passado para poder entender o futuro, também voltamos à história de algumas mulheres que tiveram sua importância para o desenvolvimento do movimento e na luta por igualdade, como Simone de Beauvoir. Assim, sabemos que se no passado a luta era por direitos igualitários, cada dia que passa essa luta se perpetua na prática e na reafirmação desses direitos, pois se precisa lutar também pelo direito de existir e pela vida. Nesse sentido, a revista não atua para isso, pois ao performatizar o feminino por um viés naturalista, ela acaba por anular a existência de outras formas de ser feminino, e conseqüentemente de ser mulher, de modo a fazer com que sejam estabelecidos e reafirmados certos padrões normativos, que excluem todas aquelas pessoas que dele não compactuam.

Existem também mulheres que frisam que feminismo é o termo contrário de machismo, mas acabam elas próprias excluindo outras mulheres. Para muitas feministas, como Judith Butler e Márcia Tiburi, esse tipo de pensamento contribui para um mau entendimento e uma visão inversa dos valores feministas. Contraindo esse conceito, muitas feministas ressaltam que odiar os homens e ser feminista não está relacionado. Ser feminista é, de acordo com Beauvoir (1970), lutar por igualdade, seja profissional ou de gêneros, pelo humano, e pelas mulheres. Nesse sentido, esse projeto performativo de feminino da revista em análise ainda é o mesmo, pois apesar de se apresentar como um “futuro” e se colocar como “poder” e “empatia”, ao julgar pela capa da revista, e sua manchete de capa, os discursos construídos estão mais para uma repetição do passado, e acarretam estereótipos enraizados nas relações de poder, ou seja, na cultura heteronormativa binária, ao destacar como representantes do gênero feminino mulheres atreladas a fatores biológicos, excluindo/anulando outras formas de feminino e de ser mulher. Nesse sentido, se faz importante pensar quem são essas mulheres que a revista apresenta.

4.2.2 “O ano é delas”

Na página 44 se inicia a reportagem intitulada “O ano é delas”, título em letras garrafais na cor preta, em tamanho bem maior e centralizado, no qual é feita uma retomada das mulheres, pelo pronome possessivo “delas”, só que agora com uma breve apresentação de seus nomes, com a frase “Guarde esses nomes. Ou melhor: nem precisa”, seguida da informação de trabalho e as respectivas idades das jovens mulheres.

Dessa maneira, certamente a revista tenta dialogar com mulheres que se reconhecem dentro desses padrões apresentados para o “futuro feminino”, e que, como essas jovens, defendem seus ideais e que estão atreladas a um padrão natural/biológico de gênero. Se atentarmos para o subtítulo/resumo que aparece, entendemos que o que se muda são apenas as características particulares de cada uma das personalidades femininas, e em seguida a reportagem, na qual podemos perceber que a revista não está apenas mostrando-as, mas, construindo-as, pois está ressaltando através de suas imagens modos de ser feminino voltados a padrões estéticos e heterossexuais e que são aceitos pelo sistema patriarcal e pela cultura heteronormativa. Vejamos a página com fotografias dessas mulheres.

Figura 06: Página de reportagem – revista Marie Clarie, fev./2019.



Fonte: Marie Clarie, fev./2019.

São mulheres jovens bem sensuais e femininas, que não fogem às regras de gênero aceito, já que ao ressaltar a feminilidade atrela-a exclusivamente ao gênero como biológico. Essa parte da revista é composta por uma reportagem que busca fazer um breve percurso sobre a vida de três personalidades midiáticas, que são: Luisa Arraes (uma atriz de 25 anos), Xenia França (uma cantora de 30 anos) e Samile Bermannelli (uma top model de 20 anos). Nesse primeiro momento, a revista *Marie Clarie* resalta a importância dessas mulheres ao lançar o convite de leitura, se justificando a partir da afirmativa “por que você precisa conhecê-las”. A esse respeito, questionamo-nos também se essas mulheres falam nessa revista ou se é a revista que fala por elas.

A primeira a ser falada sobre sua trajetória pessoal e profissional foi a modelo Samile. Em entrevista, que não aparece, a modelo comenta fatos pessoais, que vão desde a infância até os dias atuais. Na realidade, a revista é quem fala por Samile na maior parte da reportagem, descrevendo sua carreira desde o início. Para a revista, a personalidade

da *top model* é construída pela jornalista Lilian Pacce como sendo alegre e por ser “uma menininha brincalhona, ou um mulherão”, “absolutamente sexy ou chic”. Essas características construídas pela jornalista e dirigidas à modelo são tomadas como válidas pela própria modelo, ao internalizar esse discurso e o repetir no último parágrafo, quando questionada sobre os seus talentos.

Nessa situação, da intenção do projeto performativo da revista para com a entrevistada acaba ocorrendo um ato performativo, pois o “eu”, que é a revista, ao apresentar a modelo pela opinião de uma jornalista a seu respeito (o outro), a entrevistada ao fazer essa repetição e internalizar essa citação pratica uma performatização de um modo de ser mulher, ou de ser feminino a partir dessa repetição.

Logo, em nosso objetivo, tal como afirma Butler (2017 [1990]), a crítica feminista se configura em “compreender” essas construções e restrições sofridas pela categoria “mulher”, ocorridas pelas mesmas estruturas de poder pelas quais se busca romper como os estereótipos. Entendemos nessa citação, colocada pela revista, uma construção de feminino como ainda um ideal de mulher voltado para o fetiche masculino, pela ideia de hora ser “menininha” outra hora “mulherão”.

Na reportagem feita com a cantora Xenia, a revista comenta assim como com a anterior, fatos da vida pessoal e profissional da artista. Têm em comum serem do gênero feminino e personalidades midiáticas muito conhecidas no meio artístico, consideradas influenciadoras de opiniões, pois possuem um número significativo de pessoas que acompanham seus trabalhos e as seguem em suas redes sociais. Ao perguntar a gerente de marketing institucional da Natura, que patrocinou o disco da cantora através de um programa musical, essa descreve Xenia como uma representante de uma “renovação”, e por ter “performance” musical relacionada ao feminismo e à cultura. Com essa afirmação, percebe-se uma intenção da revista em realizar o seu projeto de performatividade acerca de um ideal de “feminino futuro” através do estilo musical da cantora. Em um outro momento ao comentar sobre uma carreira de modelo não bem-sucedida, Xenia afirma que a mulher negra sofre muitos estereótipos, ideia com qual podemos fazer uma analogia, por exemplo, com aquelas mulheres citadas por Falci (2013), marcadas pela estratificação de uma sociedade culturalmente patriarcal.

Essa performatização social sobre a mulher negra ligada a características físicas alimentam o “fetiche” masculino, e internalizam uma performance feminina atrelada ao corpo, como podemos observar com a imagem de Xenia, em que se idealiza tal performance por meio de uma fotografia sensual da cantora. Por se tratar de uma artista

musical, deveria sua imagem está relacionada a algo pertinente a esse universo. Mas, ao olhar a imagem o que vemos é apenas uma expressão de beleza e sensualidade, fazendo com que o ideal de um “feminino” se sobressaia diante de seu talento. Nesse caso, o projeto de performatividade da revista nos parece ser o de ressaltar a sensualidade feminina na mulher negra, que parece ser empática ao poder, no sentido de poder ser.

A última parte da reportagem é feita com a atriz Luisa Arraes, que, diferentemente das anteriores, tem ressaltadas características da entrevistada voltadas para o intelectual e instrução. Luisa parece narrar a sua própria história e o seu cotidiano. A atriz apresenta livros. Entre eles cita um que se refere ao feminismo, e nesse momento deixa explícito seu interesse e participação no movimento feminista, ressaltando logo adiante a importância de se estudar e de melhor conhecer acerca do assunto.

Ao analisarmos essa reportagem, percebemos que as mulheres aqui, na verdade, estão repetindo uma naturalidade imposta ao gênero feminino, como a de mulher “criada pela heteronormatividade”, como afirma Tiburi (2018, p. 90). Quando pensamos em mulher na revista *Marie Clarie*, somos levado(a)s a considerar essa performatização normativa por um viés natural, ou seja, biológico. Assim a revista apresenta um ideal de feminino através das características atreladas implicitamente a um ideal heteronormativo. Nessa publicação, a feminilidade faz relação do que é ser uma mulher, que os estudos de Simone de Beauvoir buscavam entender. A condição histórica de mulher, problematizada por Beauvoir, que constrói uma identidade feminina ainda está vigente, já que fazendo ligação com a citação das capas “futuro feminino” e a reportagem “O ano é delas”, em relação a um futuro próximo, a ideia de identidade de gênero feminino apresentada pelo projeto performativo da revista é a de mulher: sensual, linda e que possui uma identidade pré-definida, atrelada ao sexo biológico.

No entanto, há em outra edição de 2019, exemplo de identidade de gênero não-binário, tal como a entrevistada pela revista *Marie Clarie* com a transexual Liniker, que não se adequa às normas e padrões pré-estabelecidos de gênero, ao assumir sua condição de “trans” publicamente, rompendo com paradigmas normativos. Em entrevista a essa revista feminina, a cantora e compositora Liniker, mulher trans, é apresentada a partir de sua carreira, vida pessoal, transexualidade entre outros assuntos.

“SER UMA MULHER COM UM PAU É REVOLUCIONÁRIO”

NINGUÉM NUNCA TINHA ouvido falar de Liniker quando, em 2015, a cantora e sua banda, Os Caramelows, investiram toda a sua “fortuna” no EP *Cru*. Durante dois dias, com 150 reais no bolso, a estudante de teatro e seus amigos se trancaram na casa de um dos integrantes da banda em Araraquara, no interior de São Paulo, e

gravaram as três faixas que imediatamente viralizaram na internet. Em uma semana, os 13 minutos e 36 segundos de música (distribuídos entre “Zero”, “Louise du Brésil” e “Caeu”) foram escutados mais de 5 milhões de vezes. A imprensa especializada anunciava a cantora de 19 anos em processo de transição de gênero como “o novo Tim Maia” e exaltava sua potente voz de cantora de soul pontuada pela rouquidão discreta que nada mais era do que resquícios de uma gripe mal curada.

No ano seguinte, o grupo transformou as cartas de amor nunca enviadas de Liniker em música e se consagrou de vez com o lançamento de seu primeiro disco, *Remonta*. Ao mesmo tempo que causava estranheza, a figura andrógina da cantora “negra, pobre e periférica”, como faz questão de ressaltar, com batom de tom forte, brincos enormes e turbante, encantava o público com letras sensíveis em arranjos pouco convencionais – só em 2018, foram 45 shows fora do Brasil.

Este mês, no alto de seus 23 anos, já adulta, com a conta bancária no azul e cada vez mais empo-

Aos 23 anos, Liniker é uma das maiores revelações da música brasileira. Mulher trans, é ainda uma das principais vozes do movimento. Nascida no interior de São Paulo, estourou na internet com o EP *Cru*, em 2015. De lá para cá fez turnê no Brasil inteiro, nos Estados Unidos, Colômbia, Angola e 16 países da Europa. Mesmo com todo o sucesso, é avessa a bajulações e não perdeu os hábitos simples. A *Marie Claire*, conta detalhes íntimos de sua curta – porém admirável – trajetória

POR ROBERTA MALTA FOTOS CAROLINE LIMA

derada, lança novo álbum, *Goela Abaixo*. Produção independente como o anterior, mas dessa vez contemplado com o edital Natura Musical, o último trabalho de Liniker e os Caramelows (que mantém a formação original) foi gravado na estrada, na Alemanha, em Lisboa, em sua casa em São Paulo, em um estúdio em Araraquara. “É um disco muito vivo, solar, do signo de

árries”, diz a cantora, que faz o mapa astral de seus trabalhos antes de apresentá-los ao público.

Em uma tarde chuvosa de terça-feira, conversou com *Marie Claire* com a cara lavada, na sala de sua casa, um espaçoso sobrado na Vila Anglo, zona oeste de São Paulo, com os pés no chão e o coração na boca. Sem vergonha, falou sobre a ausência do pai, as agressões que sofre diariamente, a fama, a síndrome do pânico e a causa trans, da qual é uma das porta-vozes.

MARIE CLAIRE Em que momento entendeu que era mulher?

LINIKER Acho que sempre soube. O que custei a entender é que podia ser outras coisas, ter outro corpo. Começou com o meu encontro com a [cantora] Linn da Quebrada. Em 2014, a gente fazia escola livre de teatro em Santo André e morava juntas. Muito estudiosa e sempre com o corpo em experimentação, ela foi me fazendo entender que “ok, tudo o que pensava em Araraquara pode sair para fora”.

MC Quando era criança, sentia culpa por ser mulher?

BELEZA MAQUAGEM: DANIELE DA MATA / BELEZA CABELO: DIVA GREEN (PROJETO DIVAS CABELO) / PRODUTORA-EXECUTIVA: VANDECA ZIMMERMANN

Fonte: Marie Clarie, mar./2019.

A revista inicialmente destaca-a como “revelação” na música e com uma citação da artista sobre sua condição de gênero. Para a revista, Liniker possui uma personalidade forte e nada convencional, nem compatível com os padrões definidos pela sociedade, nem

tampouco com o que é considerado aceitável quando se trata de ser mulher, para a cultura heteronormativa, já que sua existência rompe com a noção de gênero atrelada ao binarismo e a fatores morfofisiológicos, na qual para ser mulher é preciso que se tenha um corpo com vagina e útero, e para ser um homem seria necessário um pênis.

Figura 08: Página de reportagem – revista Marie Clarie, mar./2019.



Fonte: Marie Clarie, mar./2019.

Segundo a revista, Liniker se autointitulada mulher e faz questão de ser tratada pelo pronome feminino, usa maquiagem forte, roupas e acessórios considerados femininos. Para o periódico, quando questionada se pretenderia fazer uma operação para mudar de sexo, a cantora rebate dizendo que o seu corpo não exerce influência sobre o que ela é no mundo, fazendo referência a sua condição de mulher transexual, e a de se sentir como mulher. Liniker no decorrer da entrevista se mostra uma mulher sensível e cheia de sonhos, mas que enfrenta muitos obstáculos para ser quem é, e explica sua condição como um processo de desconstrução e construção, que precisa ser repetido constantemente para que as pessoas tomem como válida sua identidade de gênero, entretanto, reconhece que esse processo é lento e que pode variar de pessoa para pessoa, ou de corpo para corpo.

Desse modo, entendemos que a feminilidade de Liniker não está relacionada a fatores de natureza biológica, mas como uma construção, isto é, à performatização. Nesse sentido, o projeto performativo da revista, a julgar pela citação da cantora apresentada no início da entrevista, que diz que “Ser mulher com um pau é revolucionário”, referindo-se ao mesmo tempo às condições biológicas do seu corpo atreladas à identidade de gênero construída pela cantora, é chamar a atenção para o fato de que Liniker tem sua condição de gênero não definida, como se ela identificasse tanto com o feminino como com o masculino, ao fazer menção a sua condição morfofisiológica, ao falar de sua condição de mulher, afirmada também pelo seu discurso de que sonha com a maternidade.

Porém, na edição em análise, acerca do que é “futuro feminino”, nas construções discursivas de *Marie Clarie*, não sobra espaço para outra performance a não ser a biológica. Há uma ausência de outra mulher que não seja essa mulher biologicamente dada. Nessa proposta, a revista quebra então com o que ela mesma está propondo. Logo, os sentidos de pluralidade colocados antes não se configuram. É dada ênfase apenas à figura feminina da mulher, destacando nelas uma sensualidade provocativa, ao julgar por toda composição fotográfica. Nessa questão, se pensarmos a citação da capa “poder e empatia”, parece-nos que o poder está atrelado ao poder de sensualidade e a empatia é a de uma noção de mulher em comum, com aquela criada por uma cultura heteronormativa, visto que “poder” seria esse o poder de “ser”, nesse caso o poder de ser mulher.

Dessa maneira, entendemos que a intenção, ou melhor, o projeto performativo aqui construído pela capa e reportagem da revista *Marie Clarie* nos remete a entender por meio de uma análise de suas citações, o desígnio de interpelar o outro a partir da noção de “nova geração” como “futuro feminino”, que tem “poder e empatia”. A afirmação “o

ano é delas” nada mais é do que reafirmações de ser, quando pensamos nas mulheres escolhidas para como representantes dessa categoria, o perfil do que se espera de feminino e de futuro, o de ser uma mulher, que nesse caso é especificamente uma mulher em sua natureza (biológica).

Tomando como objeto para análise o enunciado “o ano é delas”, pensamos a respeito de um feminino biologicamente atrelado às condições de ser mulher. Ressaltamos também que a(s) mulher(es) em sua feminilidade precisaria(m) ter conhecimento e ser instruída, independentes financeiramente e sonhadoras. Nessa citação, ocorre uma construção de perspectiva do futuro, no sentido do que são esses tipos de mulheres que se espera para o futuro.

4.2.3 “Ser mulher”

Na capa da *Claudia*, já mostrada anteriormente, em sua edição de abril desse ano de 2019, temos a manchete de capa “SER MULHER”, na qual a revista apresenta a cantora Iza e a youtuber e atriz Kéfera, com a proposta de um debate sobre o “exercício do feminismo no dia a dia” e sobre a luta do movimento contra as relações de poder implícitas nas relações sociais do patriarcado. Para a revista *Claudia*, diferentemente da revista *Marie Claire*, analisada anteriormente, na manchete não há uma marcação de tempo, pois o que há é uma ideia de mulher no singular, por mobilizar uma citação de mulher por um sentido único. Mas, também podemos pensar, dependendo do que a revista irá trabalhar posteriormente, acerca da condição de “ser mulher”. Então, há essas duas possibilidades pelo “título”, para pensar essa condição desse ser mulher que a revista tenta performatizar.

Outro aspecto para ser problematizado é a fotografia da manchete de capa, apresentada pelo suporte supracitado, na qual não se tem apenas um único modo de ser, visto que apresenta duas diferentes mulheres, uma mulher negra e uma outra de pele clara, branca, dando então à ideia do feminino, ou de “ser mulher”, no plural, mesmo que o nome tenha sido escrito no singular: “mulher”. Por outro lado, vai mantendo as construções analisadas de ser mulher como dada biologicamente, sendo dessa maneira retomado o discurso anterior, da mulher criada pelo modelo de sociedade patriarcal e heteronormativa vigente.

Na manchete de capa da revista *Claudia*, a fotografia traz assim como a revista *Marie Clarie*, duas personalidades públicas, também do gênero feminino. Na edição de

abril de 2019 de *Claudia*, a manchete de capa apresenta a cantora Iza e a atriz e youtuber Kéfera, lado a lado, ambas bem maquiadas, usando vestidos na mesma tonalidade. A cantora é uma mulher negra, irreverente e de personalidade forte, conhecida no meio artístico pela sua música com letras que são encorajadoras, e que ao mesmo tempo denunciam formas de preconceito. Sua performance é fortemente expressiva no palco. Na fotografia, seu olhar transmite um certo ar de doçura, com cabelos levemente colocados para trás e soltos, com ondas bem marcadas. Seu vestido é simples e com um decote cavado no colo em forma de v. Está sentada próximo a uma janela, com o tronco voltado para a frente.

A segunda mulher da fotografia é Kéfera conhecida por ser uma mulher moderna, que protagonizou cenas discursivas polêmicas ao levantar e fazer questionamentos sobre alguns temas em seus perfis nas redes sociais. A atriz e youtuber aparece na imagem com os cabelos soltos, ondulados e com volume, tendo expressão facial que parenta estar voltada mais para o lado sensual, pois os olhos estão bem fixos para a lateral e lábios bem destacados/marcados com um batom que se aproxima da cor do seu vestido. Seu corpo está de lado, mas o seu rosto volta-se para a frente e parece encarar as lentes e possivelmente os leitores e as leitoras.

Logo abaixo da fotografia, o “título”, com o qual a revista inicia a manchete de capa com uma afirmativa: “Ser mulher”, em letras garrafais na cor branca e em tamanho maior. Logo em seguida faz uma breve apresentação com os nomes de cada uma delas e o assunto que será discutido na entrevista a seguir por essas mulheres.

Nessa construção, esse plural de mulher apresentado na fotografia estaria voltado somente para as relações dentro da sociedade heteronormativa. Então, não seria tão plural assim, pois o que acontece é uma divisão da noção de mulher a partir das duas mulheres, uma negra e uma outra branca, mas excluindo aí outras formas de ser mulher, tal como no projeto performativo da *Marie Clarie*. No subtítulo da manchete, a revista apresenta o diálogo sobre a proposta de um debate, deixando-nos entender que quando debatem as mulheres têm uma ação, que é a de debater. Estão em cena uma cantora negra e uma youtuber e atriz branca, duas mulheres que debatem, que praticam uma ação. E o que é debater nesse momento para a condição de mulher atualmente?

Debater estar para uma condição de mulher pensada anteriormente? Essas mulheres teriam o poder de debater? Quando a revista menciona que essas mulheres irão debater aponta que essas mulheres têm voz, pois debater está voltado para a condição de ter liberdade de expressão, o que nos direciona para essa condição de mulher no plural.

E elas vão debater sobre o “exercício do feminismo”. Então, compreende-se que essas mulheres são feministas e que no dia a dia de ser mulher há algumas implicações enraizadas nessa sociedade patriarcal, que ainda colocam essa mulher numa condição de inferioridade. Mas para a revista *Claudia* essas mulheres por terem um poder de voz buscam dialogar a respeito e contestar certos estereótipos.

Podemos aqui, então, constatar que esse feminismo no “ser mulher” ganha uma condição de plural, mas não em todos os aspectos e que essa mulher já não é mais só uma mulher branca, pensada como mulher válida, pois se inclui também aqui a mulher negra. No entanto, elas continuam como mulheres heterossexuais. Ao recuperarmos quem são essas duas mulheres, entendemos que elas possuem ações diferentes, que não estavam para a condição de mulher de décadas anteriores. Essas mulheres possuem profissões como ser cantora, atriz ou youtuber, diferentes daquelas mulheres nortistas do século XIX, citadas por Falci (2013), por exemplo, que não podiam ter uma profissão, pois não seriam bem vistas, porque elas eram criadas e instruídas apenas para as atividades domésticas.

Diferentemente, essas mulheres possuem poder de voz e, por isso, conseguem debater. Assim, não se configuram como mulheres submissas, pois ser mulher nessa realidade colocada pela revista não é ser submissa. Elas vão debater justamente alguns fatores que implicam ou que são problemas para o seu dia a dia, a exemplo do *machismo*, do *racismo* e das *cobranças*, entre outros aspectos.

A revista mantém uma mulher que é biológica, que não é aparentemente mais uma mulher universal, como no modelo de representação, explicado em outros capítulos, porém a revista não traz outros modos de ser mulher, que não sejam esses atrelados à biologia, ou seja, ao órgão genital feminino. Portanto, em seu projeto performativo há uma mulher que se adequa à sociedade heteronormativa, não trazendo, dessa maneira, em sua capa outros modos de ser, em sexualidade, por exemplo. Isso acaba gerando ou ficando em alguma medida no patriarcado, no sentido de que outros modos de ser mulher acabam sendo apagados pela capa da revista, ou por essa manchete de capa.

É possível observar a partir dos discursos explícitos e implícitos, tanto pelo o que ela diz como pelo o que ela constrói através da imagem, essa última entendida pelo conceito de retratação, explicado por Santos Filhos (2017), no sentido de uma ideia de se pensar quando se têm fotografias acerca de qual são os sujeitos, qual é o sujeito que aparece, ou como nesse caso, qual o tipo de mulher que a revista retratou e quais foram as mulheres retratadas para fala sobre “ser mulher”, visto que o texto não está separado

dessa fotografia/imagem, ao contrário essas partes se integram na composição. Essa posição da revista *Claudia* difere ou se aproxima da de *Marie Clarie*? Ou seja, o projeto de performatização da revista *Claudia* é um projeto próximo daquele da revista *Marie Clarie* ou dele se distancia?

4.2.4 “Feminismo PARA TODOS”

Nessa entrevista de capa, assinada por Alessandra Medina, o “eu” que fala no primeiro momento do texto é a revista, para ou direcionada a um público leitor, não apenas feminino, ao julgarmos pelo título “*Feminismo PARA TODOS*”. A revista traz em letras em negrito e em versais (caixa alta) a expressão “PARA TODOS”. Esses recursos não linguísticos são usados normalmente para destacar ou chamar a atenção de uma palavra ou enunciados, em um texto.

Nessa proposta inicial da revista *Claudia*, temos um nome que é o “feminismo” e uma preposição de direção, “para”, que realiza uma ligação afirmando que esse feminismo é direcionado “para todos”. Nessa construção, com o uso desse pronome indefinido no plural, “todos”, marcadamente masculino, a revista está apagando o feminino e outros modos de ser em gêneros. Santos Filho (2017) explica, fundamentado nos escritos saussurianos, em sua abordagem ao valor dos signos linguísticos, que o morfema “-o” na palavra “todos” tem seu valor de gênero masculino, arquitetado da aversão do pronome “todas”, como marcação do gênero feminino, através do morfema “a”. Com isso, passamos a refletir nessa noção de plural colocada pela revista, marcada pelo morfema “-s” em “todos”, mas vislumbrando que esse feminismo não é tão plural assim, pois acaba por excluir outras formas. Buscamos então pensar a respeito da necessidade e importância do diálogo, pontuadas por Tiburi (2018), que o coloca como “essencial à vida da democracia”, como uma importante forma de realização humana e de respeito às diferenças. Esse é um argumento bem sugestivo, quando falamos de um movimento que trata e reivindica “igualdade” e liberdade.

A esse respeito, Tiburi (2018) problematiza que sustentar a ideia de mulher como identidade “natural” e não construída, retomando a um padrão heteronormativo sustentado no binarismo, remeterá a uma natureza biológica. Por isso mesmo, não se pode falar do gênero feminino como “natural” e nem tampouco de um gênero masculino também como “natural”, pois tanto um quanto o outro têm histórias (TIBURI, 2018). Para ela, não podemos esquecer que estamos diante de uma geração que vem se renovando

constantemente, seja fisicamente ou em suas escolhas, uma geração em construção, e o feminismo precisa se preocupar também em desconstruir algumas ideias, como a de mulher “natural”, mantida pelo patriarcado.

Mais adiante desse título, a revista apresenta um subtítulo da entrevista que dialoga diretamente com a manchete de capa, qual seja, a questão de a mulher ter voz, de ter uma profissão que ela mesma tenha escolhido, e que pela qual se identifica. Essa mulher agora é pensada em uma condição plural, entretanto ainda numa perspectiva biológica, heteronormativa e dentro do patriarcado, em alguma medida, pois consequentemente não está se considerando os “outros”. E isso vai aparecer nessa citação da revista, pois esse “todos” é plural, mas não é. É plural porque está marcadamente como plural, através desse morfema “-s”, conforme já dissemos, mas que ele está marcando um plural no masculino, ou como diz Santos Filho (2017), um plural genérico, geral, como se o morfema “-o” não marcasse um masculino e marcasse ou fosse um morfema de gênero geral, que servisse para homens e para mulheres somente. Assim, apaga toda uma outra condição de gênero ou de sujeito, visando manter uma sociedade heteronormativa atrelada a essa ideia de biológico.

Na sequência, a entrevista mobiliza o discurso individual de cada uma das mulheres apresentadas e suas respectivas histórias pessoais. Por se tratar de personalidades midiáticas, essas mulheres possuem poder da voz e se colocam como conscientes de todo esse poder em influenciar. Nessa concepção de diálogo, há “a ‘fala’ de um ‘eu’ em direção a um ‘outro’, em um dado momento histórico, que é também político e ideológico” (SANTOS FILHO, 2012, p. 33), sendo os sentidos inferidos nesse “diálogo” do “eu” que agora é colocado como as mulheres apresentadas.

A revista através da entrevista permite que essas mulheres, a cantora Iza e a youtuber Kéfera, se pronunciem sobre suas convicções e sua relação com a luta por direito e igualdade feminina, com um convite inicial de bate-papo sincero sobre “o espaço do feminismo” na vida de cada uma delas. Ao serem questionadas sobre o que é o feminismo hoje, feminismo marcado temporalmente pelo advérbio “hoje”, Kéfera coloca o feminismo não como o ter poder, mas igualdade. Para Iza, é uma questão de união. Para essas duas feministas que a entrevista dá voz, o conceito de representatividade ainda é vigente no movimento, como forma de separar por categorias as diferenças, para melhor beneficiar cada uma delas.

Nesse sentido, retomando as ideias de Butler (2017 [1990]), o conceito de “representação” se torna falho para a linguagem, e para essa construção de feminismo,

pois é preciso reformular uma política de representação capaz de renovar o feminismo em outros termos, já que a identidade não é algo dado, mas construído. No excerto da youtuber “Quem se diz feminista e acha que não precisa aprender mais nada está errada. A desconstrução acontece o tempo todo” denota claramente essa ideia de constante construção do movimento.

Figura 09: Página de entrevista – revista Claudia, abri./2019.



Fonte: Claudia, abr./2019.

As perguntas direcionadas para essas mulheres fazem inferência a sua condição social, as suas lutas, a seu poder de influenciar outras mulheres, as suas militâncias e crenças. A revista fecha a entrevista com uma citação da cantora Iza, que aparece em uma fotografia ao lado da youtuber e atriz Kéfera, dizendo que para que ela tenha segurança, não basta ser apenas feminista, pois o homem também tem que ser. Nessa última frase da reportagem, retomamos o discurso inicial do título da reportagem, “*Feminismo PARA*

TODOS”, entendendo, assim, que esse “todos” é uma referência ao gênero masculino, mas que, mesmo este estando pluralizado, invalida a existência de outras identidades de gênero. Desse modo, precisamos pensar segundo os conceitos apresentados por Tiburi (2018), que faz uso de recursos linguísticos que ampliam as noções de gênero, ao referir-se ao feminismo comum a ser pensado ‘juntas, juntas e juntos’, validando, assim, os sujeitos que não se identificam nem como feminino nem como masculino. Nesse sentido, caberia aqui uma reflexão acerca da escolha linguística pelo pronome indefinido “todos”, apresentado pela revista, referindo-se a algo comum, quando na verdade, segundo Silva (2018), tomando como base os estudos de Santos Filho (2017), o uso do morfema “-e”, como na variação “todes”, se tornaria mais adequado ao tratar de um movimento sócio-político como o feminismo.

Compreendemos também que na entrevista a jornalista utiliza citações para a interpelação, por meio da afirmação para “todos”, com o intuito de legitimar seu discurso e performatizar um modo de ser mulher que está atrelado ao feminismo como um movimento destinado às categorias feminina e masculina. No entanto, o uso desse pronome “neutro” remete no decorrer da reportagem a um marcador do gênero masculino. Nesse sentido, a revista acaba por ressaltar ainda mais o binarismo normativo que consequentemente exclui outras formas de ser mulher e acaba delimitando o feminismo. Por fim, ela cita o poder de influência dessas duas personalidades.

A esse respeito, nota-se que a sensualidade feminina aparece não apenas na beleza das duas mulheres, mas como forma do saber se expressar, seja no fato delas estarem sempre muito bem informadas ou de aparentemente terem pensamentos a frente do seu tempo. Assim, como já foi comentado anteriormente, os enunciados escolhidos nos gêneros apresentados pelas duas revistas como a manchete de capa e a entrevista apresentam um projeto performativo que visa um ideal de feminino e de ser mulher adequado aos padrões heteronormativos, ou seja, totalmente atrelado a fatores biológicos. Desse modo, a revista utiliza de arranjos como “feminino” e “ser mulher” para prescrever um gênero natural pré-existente. Entendemos que esses usos disseminados por ela vão além dos argumentos escritos, pois as fotografias das jovens mulheres se filiam ao mesmo discurso, visando gerar discurso de autoridade, para causar efeito de sentido em seu ato de fala e se aproximar dos/das leitores/leitoras, a fim de performatizar.

A revista *Claudia* argumenta ainda um feminismo que está em mudança e que é para todos, mas que ao observamos as escolhas para a composição da capa através das

figuras femininas, ao julgar de quem se tratam, notamos que esse ser mulher e feminismo para todos é restritivo.

4.2.5 Consideração das duas manchetes de capa, da reportagem e da entrevista sobre “futuro feminino” e “ser mulher”

O que a capa da revista *Marie Clarie* performatizar como “futuro feminino”? Quais são os sentidos construídos acerca dessa noção de feminino e feminismo que as duas revistas fazem uso. Conforme já apresentamos, as citações mobilizadas reiteram a noção da mulher relacionada a fatores físicos naturais.

Ao analisarmos as cenas discursivas, os textos dos dois periódicos, e quais sentidos foram ali mobilizados, entendemos que o aspecto que fica possível na abordagem da *Marie Clarie* é que essa pensa a condição de ser mulher atrelada à condição de feminino e de pensar o futuro dessa mulher, marcando assim um tempo.

Nessa primeira capa, da revista *Marie Clarie*, o uso do sintagma nominal, formado por um nome mais um adjetivo, nesse caso a palavra “feminino” como caracterização de um futuro, se torna uma marcação temporal nessas construções, pois constrói do mesmo modo um tempo determinado para esse feminino, entendendo-o aqui por mulher.

Nesse sentido, o projeto performativo da revista *Marie Clarie* é uma projeção de como será o futuro desse feminino, que no decorrer da análise compreendemos que está em construir sentidos de feminino atrelados a sua condição natural, ou seja, biológica do ser mulher. Desse modo, a citação mobilizada pela revista nas capas reitera a ideia de mulher por uma ótica heteronormativa, numa condição de mulher relacionada a uma condição de gênero pré-definido, ou natural. A revista repete esse discurso. Ao partirmos para o subtítulo da manchete de capa, entendemos que a revista faz uma ressalva desse “futuro”, entrelaçando à performatização de mulher pela expressão “nova geração”. Assim, podemos interpretar que a performatização de “futuro feminino” se dá pelo ponto que une essa questão ao “poder” e à “empatia”, que mobiliza uma citação que performatiza a mulher como do futuro, mas ligando essa condição a uma categorização biológica, para poder ser mulher.

Logo, é por meio da categorização da mulher como dada, em seu sentido biológico, em diferentes situações e tempo, que ocorre essa subjetividade da(s) mulher(es) baseado em uma ordem biológica de caráter heteronormativo (SANTOS FILHO, 2017). As reflexões de Butler (2017), Tiburi (2018), Falci (2013), Santos Filho

(2015; 2017) e Beauvoir (1970) ajudam-nos a compreender os discursos explícitos e implícitos incorporado nas revistas aqui analisadas, de modo a objetivar um ideal de feminino atrelado a uma condição natural, que exclui outras formas, ou outros modos de ser feminino, ou de ser mulher.

Nessa compreensão, há também um outro projeto de performatização apresentado pela edição da revista *Claudia*, que difere o ser mulher de algo universal, trazendo uma possibilidade plural para essa condição. No entanto, a pluralidade acaba por não se performatizar, já que o ser mulher no duo mulher branca e negra do feminismo acaba por anular outra condição de mulher que não se enquadra a esse padrão construído, a partir do momento que essa tentativa de performatização se afilia também a uma condição biológica. Nesse sentido, cabe nessa discussão a argumentação de Santos Filho (2017), embasado nas ideias de Butler (2017), de que a interpelação desse sujeito só será possível pelas citações que fazem uma reintegração de sentidos ditos antes e considerados válidos. Mas para isso o “outro” sofre essa interpelação ao incorporar esses sentidos tomando-os como válidos.

Dentro desse aspecto, as citações mobilizadas pelas duas revistas em suas manchetes, reportagem e entrevista de capa têm projetos de performatividade bem parecidos, pois as duas edições performatizam o gênero feminino por um viés biológico. Nessa leitura, podemos interpretar que a identidade performatizada para as mulheres nas revistas, colados como no futuro, pelo poder e empatia, e também em uma pluralidade, seja essa mulher negra ou branca, ou em um feminismo para todos, este projeto está atrelado para uma condição cultura heteronormativa, que inválida outras categorias que não se enquadre em sua normatividade.

Assim, tanto na revista *Marie Clarie* como na revista *Claudia* há a tentativa de interpelação dos leitores/leitoras a se identificarem com o tema proposto, mobilizando para a cena outras citações, a diversidade de tipos femininos, dando uma suposta ideia de um gênero feminino comum, mas o foco das revistas nada mais é que apenas o gênero natural feminino, aquele heteronormativamente dado. Contudo, nessas duas revistas, é construída, isto é, performatizada, uma noção de gênero que comunga com padrões impostos pela cultura heteronormativa, na qual para ser mulher é preciso ter órgãos naturais femininos, a exemplo de um útero, numa perspectiva de feminino atrelado a fatores restritamente biológicos.

Dessa maneira, compreendemos que tanto nas manchetes de capas, como na reportagem e entrevista, publicadas pelas revistas *Marie Clarie* e *Claudia*, as cenas

discursivas e imagens analisadas neste trabalho constituem como um projeto performativo de gênero e de identidades consideradas aceitáveis pelo sistema patriarcal, retomando a noção de sujeitos válidos, no sentido de ser e existir, para apenas aqueles que obedecem aos padrões da cultura heteronormativa, apagando outras formas que dele se distanciam.

Entendemos que a linguagem vai construindo as identidades dos sujeitos, através dos discursos apresentados e que ao serem repetidos pelas revistas acabam sendo internalizados, interpelando o(a)s leitores(as). Assim, fica evidente, a partir das escolhas feitas pelos “suportes”, que há uma intenção de se performatizar um feminino ou o que é ser mulher, atrelado à noção do movimento feminista representativo, que, segundo Butler (2017 [1990]), se torna falho, já que não se é possível uma noção de mulher universal, nem tampouco por fatores biológicos, pois essas práticas geram uma exclusão social e restringi o gênero a um binarismo sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise que teve como *corpus* capas de revistas, manchetes de capa, reportagem e entrevista de revistas femininas, nas quais noções de feminino e de ser mulher, apresentando e performatizando modos de ser mulher. Esse estudo teve como objetivo compreender o projeto performativo de gênero feminino em duas revistas femininas, através de cenas discursivas, que, a partir da análise, excluem mulheres considerados fora dos padrões da cultura vigente, visto que vivemos em um contexto no qual ainda são construídos modelos normativos de adequação, e que os sujeitos para ser aceitos precisam estar enquadrados a um sistema binário e heteronormativo, que passa a anular certos sujeitos, aqueles que não se identifiquem nem se adequem com tais condições de comportamento.

Assim, entendemos que o conservadorismo histórico tem se perpetuado nos dias atuais. Logo, as discussões e os estudos linguístico-discursivos, e da Linguística Queer, servem para interpretar subjetividades, sentidos de mulher(es) e das noções de gênero construído em revistas femininas. Essa linha de análise conduzida pela Linguística Queer nos possibilitou compreender as relações entre linguagem, gênero e sexualidade na esfera comunicativa, que buscam interpelar os sujeitos por meio de discursos e arranjos linguísticos, que na realidade são uma repetição de conceitos que vão se reafirmando e que estão atrelados à submissão feminina perante o poder e dominação construídos pelo patriarcado. Diante dessa predominância de valores e condutas patriarcais normativas, questionamo-nos: O que é ser mulher? Como são conceituadas as mulheres? Diante de tais questionamentos, analisamos como ocorrem as relações de construção de identidades das mulheres nas referidas revistas femininas, e como isso ocorre através da língua(gem), que tenta exercer determinado sentido sobre o sujeito.

Esse estudo, desse modo, justifica-se como relevante por permitir compreender a construção de sujeitos através dos usos da língua(gem), contribuindo assim com a ampliação das discussões na Linguística Queer, que tem como objeto de estudo a relação entre sujeito, linguagem e identidade, problematizando as construções ocasionados pelas relações entre língua(gem), gênero e sex(o)ualidade, por um viés pouco, ou não, problematizado anteriormente. Durante o percurso da pesquisa, podemos compreender o discurso construído acerca da conceituação do que é ser mulher, mas que para isso se fez necessário uma compreensão do passado, das reflexões do presente e de noções futuras, visto que estamos diante de uma sociedade patriarcal, com raízes machistas, que busca

constantemente a submissão o gênero feminino, esse aqui compreendido por uma sociedade heteronormativa como apenas biológico.

Sendo assim, para confirmar ou refutar “hipóteses” levantadas, acerca do que é ser mulher, procuramos analisar os projetos performativos apresentados pelas revistas femininas *Marie Clarie* e *Cláudia*, verificando a partir dos discursos como são construídas noções de feminino e de mulher, descrevendo os fatores linguísticos e sociais que condicionam tais realizações. Para atingir os objetivos propostos, analisamos capas das revistas, manchetes das capas, reportagem e entrevista que apresentam personalidades midiáticas, do gênero feminino, bem-sucedidas, e com padrões de beleza considerados aceitáveis, mas não comuns a todas as mulheres brasileiras.

Noutro capítulo, foi possível pensar mais a respeito dessa relação língua(gem), sujeito e gênero, pois esse é o objeto de estudo da Linguística Queer, área na qual o trabalho está inserido, e que lança um olhar atento às construções discursivas acerca dos registros e discursos dos sujeitos provenientes dessa cultura subversiva. No decorrer desse capítulo, foram problematizados conceitos que são de suma importância para essa pesquisa, dentre eles o de performatividade de gênero, que diz que através de recursos linguísticos-discursivos, como as citações, empregados pelos sujeitos, a linguagem se torna construtora da identidade de gênero que os sujeitos assumem. Ou seja, isso se dá através dos discursos ditos e repetidos, através da compreensão de gênero como não tendo relação com fatores biológicos, mas performativo.

No Capítulo 03, compreendemos como são performatizados culturalmente algumas das categorias de gênero. Através de estudos históricos foi possível entender a noção ocidental de mulher. Para tanto, fez-se necessário entender que as noções de gênero estão atreladas a conceitos binários e modos de ser “homem” e “mulher”, e que esses conceitos são uma imposição para aceitação como sujeitos de direito, pela cultura patriarcal. Com base nessa perspectiva de gênero construído, recorreremos aos estudos feministas, para entendermos que ser homem e ser mulher é um processo contínuo e que demanda de tempo para essa construção, que precisa ser reafirmado através de ações que são específicas e ajustadas às normas sociais e culturais, ou não.

Dessa maneira, compreendemos, a partir das ideias de Butler (2017 [1990]), que a noção binária de gênero sustentada pela cultura heteronormativa torna-se inapropriada para a noção de construção do sujeito. Entendemos, assim, que o feminismo foi e é um movimento muito importante para a categoria feminina, e que o seu processo de desconstrução da noção de mulher com o universal, tida anteriormente por ele, passou a

ser necessário para a compreensão acerca dos fatores que consideravam respectivamente a categoria feminina por uma visão binária heteronormativa. A respeito dessa questão, vimos que os estudos feministas reformulados buscam romper com os estereótipos, passando a comprovar por meio dos usos linguístico-enunciativo que essa ideia não se sustenta, já que termina por excluir outras formas de ser mulher.

Em relação às análises, utilizamos como metodologia as discussões em Linguística Queer, a partir de uma leitura do ato performativo, embasada nos usos linguísticos e citações, leitura proposta por Santos Filho (2015), a partir das ideias de Judith Butler, na qual entendemos que o ato performativo é uma cena discursiva, na qual existem um “eu” e um “outro”, e que o enunciado se constrói na medida em que os sentidos propostos ali são considerados pelos sujeitos, tornando-se válidos.

Dessa maneira, podemos compreender que na figura 01, Capa e manchete de capa, intitulada “Futuro Feminino”, da revista *Marie Clarie*, de 2019, o suporte faz uso de recursos linguísticos atrelados a imagens de personalidades famosas para chamar a atenção das (os) leitoras(es), para um possível futuro feminino, performatizando uma noção de feminino atrelado a fatores biológicos de gênero ao julgar pelas escolhas das mulheres para a composição da capa. Concluímos a partir das escolhas feitas pela revista que o processo performativo proposto por ela é o de uma marcação de gênero por uma analogia ao sexo, com o intuito de reafirmar uma identidade pré-definida e natural de ser feminino e de ser mulher.

Na figura 02, intitulada “O ano é delas”, temos uma reportagem também da revista *Marie Clarie*, de 2019, na qual é dada continuidade à discussão referente ao perfil das capas triplas, contendo personalidades públicas do meio artístico, que são denominadas pela revista como o “futuro do feminino”. A partir de sua análise, entendendo quem são relacionadas ao gênero feminino, compreendemos, de acordo com a revista, que essas três mulheres naturais são o que se deve entender por feminino. Assim como na capa e manchete de capa, a reportagem afirma que as noções de gênero feminino estão relacionadas ao padrão da cultura heteronormativa, pois a revista não possibilita outras formas de gênero, que não seja essa dada ou tida como natural.

Na figura 03, intitulada “Ser mulher”, da revista *Claudia*, do ano de 2019, as mulheres escolhidas para a capa e manchete de capa são celebridades que compactuam do mesmo gênero feminino e biológico. Nessa, o efeito de sentido do enunciado “ser mulher” é construído como fator natural da condição fisiológica humana, no sentido de que estão ali presentes na figura das mulheres da capa o que é ser esse feminino.

Constatamos, assim, que as citações nessa cena discursiva relacionam o gênero à sexualidade, e a noções binárias normativas do que é ser uma mulher, performatizando uma noção de feminino a partir da divulgação dos perfis ali expostos.

No tocante a figura 04, intitulada, “Feminismo para todos”, a reportagem da revista *Cláudia* busca fazer uma analogia do “feminismo” ao uso da preposição para junto do pronome indefinido, com marcação no plural, “todos”, direcionar o movimento para um sentido mais abrangente. Nessa concepção, ao refletirmos a partir dessa construção no plural utilizada pela revista e marcada pelo uso do morfema “-s” em “todos”, concluímos que esse feminismo vai em oposição aquele feminismo apresentado por Simoni de Beauvoir (2017[1990]), não podendo ser tão plural assim, na medida que exclui outras formas identitárias.

Desse modo, a partir das análises das quatro cenas discursivas publicadas nas revistas, é possível compreendermos como se dá o processo de performatização do gênero feminino, por meio de citações, com marcação do gênero feminino como algo pré-definido, no sentido de já está lá. Nesse sentido, e pensando nas construções de padrões, esse estudo contribui para a compreensão de cenas discursivas que precisam ser entendidas como tentativas de performatização, já que mostram mulheres, com o propósito de performatizar, tomar esses sentidos como válidos. Para isso, fazem uso de imagens de personalidades famosas que possuem um número considerável de fãs e seguidores em suas redes sociais, pois possuem um poder de voz, mas que acabam gerando um discurso autoritário, a fim de tornar legítimo seus discursos e de convencer quem dela tem acesso. Contudo, todas as cenas analisadas neste trabalho se configuram como uma grande validação do ato performativo pouco insurgente, visto que não legitimam ou trazem para o contexto outros modos de ser mulher, apenas a mulher branca e negra, heterossexual, jovem e magra.

A pesquisa torna-se relevante por buscarmos compreender aquelas performatizações de gênero que validam algumas vidas, mas que ao mesmo tempo apagam outras. Desse modo, a Linguística Queer nos possibilita entender e questionar as relações entre língua(gem) e gênero, e como são construídas certas imposições de gênero. Nesse contexto da análise, em Linguística Queer, torna possível a interpretação de certas construções, proporcionando através da análise enunciativo-discursiva queer, o conhecimento do binarismo heteronormativo do gênero, compreendendo as citações que sustentam uma reafirmação do gênero feminino e de mulher em revistas femininas, podendo, assim fazer com que essa normatividade seja questionada. Faz-se necessário

entender, nesse sentido, que a língua tem interferências na vida dos sujeitos, assim como os sujeitos têm interferências na língua. Logo, esse estudo se torna muito importante para minha compreensão social como indivíduo e como mulher, permitindo-me refletir e compreender como certos usos linguísticos contribuem para criar noções de sujeitos, que ao mesmo tempo em que valorizam uns tornam outros invisíveis. Devo dizer que todas essas e outras futuras reflexões sobre as construções de sujeitos e de gênero só são e serão possíveis a partir da ampliação dos discursos permitidos/proporcionados pelo embasamento teórico em Linguística Queer. Percebo que esses estudos e essas análises são necessários para a ciência, pois os sujeitos considerados queer sempre estiveram presentes e fazem parte da sociedade, assim como todos os outros sujeitos, e merecem e devem ser vistos, escutados e compreendidos como identidades válidas.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo I. Fatos e Mitos**. 4ª ed. Tradução de Sérgio Millit, capa de Fernando Lemos. Difusão Europeia de Livro. 1970.

Bento, Berenice. **O que é gênero?** Youtuber. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=rpch8gR7tpg> > Acesso em 18 de junho de 2019.

BORBA, Rodrigo. **Linguística Queer**: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. Revista Entrelinhas – Vol. 9, n. 1 (jan./jun. 2015 [2006]).

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade/13ª ed.** Judith Butler; Tradução, Renato Aguiar. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CLÁUDIA. Editora Abril. Abril de 2019

FALCI, Miridan Brito Knox. **História das Mulheres no Brasil**. ed., 2ª reimpressão. 240-259. São Paulo: Contexto, 2013.

FINEGAN, Edward. **Queerly phrased**: language, gender and sexuality (prefácio). In. Anna Livia e Kiria Hall (Org.). 1997. Traduzido por Ismar Inácio dos Santos Filho, para fins acadêmicos em 2017.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. **Temas em antropologia e linguística**: Linguagem e Masculinidade / Judith Chambliss Hoffnagel. – Recife: Bagaço, 2010.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil mulher e nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234, jan. 2003. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721> >. Acesso em: 26 ago. 2019.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Não é uma fase”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais** / Elizabeth Sara Lewis; orientador: Liliane Cabral Bastos. – 2012.

LÍVIA, Anna; HALL, Kiria. **“É uma menina!”: a volta da performatividade à linguística**. In. Anna Christina Osterman e Beatriz Fontana (Org.). Linguagem, gênero e sexualidade – clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Uma sequência de atos. Revista Cult, São Paulo, Ano 19, Edição Especial n. 6, janeiro. 2016.

MARIE CLARIE. Rio de Janeiro: edição 3351. Fevereiro de 2019.

MCBETH, M. Queerly Phrased: language, gender and sexuality (resenha). **Jornal of advanced composition (JAC)**, vol. 20, nº. 04, 2000, p. 983-984. 2018.

MISKOLCI, Richard. **O que é queer?** Youtuber. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=ar19rH0H6IM> > Acesso em janeiro de 2019.

NOBLAT, Blog do. **-Veja-m.facebook.com** <https://m.facebook.com/BlogdoNoblat.A> . Acesso em: 19 de agosto de 2019.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **A construção discursiva de masculinidades bissexuais**: um estudo em linguística queer. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Da emergência da Linguística Queer**. In. Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística *Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Do dialogismo Bakhtiniano**: interdiscurso e intertextualidade. 2012.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Leitura e Produção de texto IV** / Ismar Inácio dos Santos Filho. – I ed. – Natal: EDUFRN, 2016.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Linguística queer** – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante. In. *Escrit@s sobre gênero e sexualidade*. São Paulo: Scortecci, 2015.

SANTOS FILHO, I. I. **Processo de pesquisa em linguagem, gênero e sexualidade e (questões de) masculinidades** / Ismar Inácio dos Santos Filho. – Recife: Pipa Comunicação, 2017.

SILVA, Thainá Fernanda. **A variação morfológica em “todes”, “amigues” e “menines” como estratégia performativa identitária insurgente**. Monografia (Curso de Letras-Português). Delmiro Gouveia, UFAL, 2018.

SOUZA, Luana Rafaela dos Santos de. **Performatização de mulher(es) em cordéis** – abordagem indisciplinar entre estudos culturais e linguística queer / Luana Rafaela dos Santos de Souza. - 2018.

TERUYA, Teresa Kazuko; TAKARA, Samilo. **Educação de mulheres em revista**: currículo, gênero e consumo. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 279-301, jan./jun. 2014.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos/Marcia Tiburi. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais, mas não idênticos. **Revistas Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, Ano 2, vol.2. nº 3, jan./jun. 1994.p. 7-16.